

NÓS SOMOS O IFBAIANO



MISSÃO

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica pública, gratuita e de excelência, em diferentes níveis e modalidades, voltada ao desenvolvimento humano, social, econômico, cultural, tecnológico e científico de todos e de todas, em diferentes regiões da Bahia e do Brasil.

REITOR:

Aécio José Araújo Passos Duarte

PRO REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO:

Leonardo Carneiro Lapa

DIRETORIA DE ORÇAMENTO:

Diogo Soares de Melo Magalhães

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:

José Virolli Chaves

SETORIAL DE CONTABILIDADE IF BAIANO:

Maria Pedrina Silveira de Oliveira

EQUIPE TÉCNICA:

Eron Paz Rosado

Eveline Chaves dos Santos Ledo

Gildson Docio Silva

Lariane Almeida Santos

Leonardo da Silva Bitencourt

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano é uma autarquia federal vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Trata-se de uma instituição pública, gratuita e socialmente referenciada, que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O IF Baiano tem sua origem nas antigas escolas agrícolas presentes na Bahia desde 1877. Com a reestruturação promovida pela Lei nº 11.892/2008, as Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim passaram a compor o Instituto. Posteriormente, com o Decreto nº 7.952/2013, as Escolas Médias de Agropecuária da Região Cacaueira (EMARC) – situadas em Itapetinga, Uruçuca, Teixeira de Freitas e Valença – também foram incorporadas.

A essas oito unidades, somaram-se outras seis, como parte do processo de expansão institucional. O IF Baiano ainda conta com um Centro de Referência localizado em Salvador e polos de Educação a Distância (EaD), viabilizados por meio de parcerias com prefeituras municipais.

A instituição atua de forma integrada nos eixos do ensino, da pesquisa, da extensão e do desenvolvimento institucional, promovendo a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) como instrumento de transformação social e desenvolvimento regional. Atualmente, o IF Baiano se consolida como uma instituição estratégica para a promoção da educação pública de qualidade, com forte inserção social e territorial no estado da Bahia. A oferta de cursos técnicos integrados, subsequentes, de graduação e pós-graduação, além de programas de qualificação profissional, tem possibilitado o acesso à formação técnica e científica a milhares de estudantes, especialmente em comunidades rurais e populações historicamente excluídas. O Instituto também desenvolve importantes ações de pesquisa aplicada e extensão, promovendo inovação, inclusão produtiva e cidadania, e reafirmando seu papel como agente de desenvolvimento regional sustentável.

Assim, o IF Baiano é uma rede composta por 14 (quatorze) campi e pela Reitoria, conforme quadro a seguir:

CÓDIGO	UNIDADE
158129	REITORIA
151889	CAMPUS BOM JE SUS DA LAPA
154579	CAMPUS VALENCA
154580	CAMPUS ITAP E TINGA
154581	CAMPUS TE IX E IRA DE FRE ITAS
154617	CAMPUS URUCUCA
154618	CAMPUS GOV . MANGABEIRA
155821	CAMPUS S ERRINHA
155884	CAMPUS ITABERABA
155885	CAMPUS X IQUE -X IQUE
155891	CAMPUS ALAGOINHAS
158277	CAMPUS SANTA INE S
158435	CAMPUS S ENHOR DO BONFIM
158442	CAMPUS GUANAMBI
158443	CATU

1- BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1 Informações Gerais

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) têm como objetivo principal fornecer informações aos diversos usuários sobre a situação econômico-financeira da entidade, apresentando a sua posição patrimonial, desempenho, execução orçamentária e fluxos de caixa, referentes a um determinado período ou exercício financeiro.

Tais demonstrações são extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e representam o conjunto das informações contábeis das unidades gestoras (UGs) que integram o órgão IF Baiano, formando o ente econômico Instituto Federal Baiano.

1.2 Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis do IF Baiano são elaboradas em consonância com os dispositivos legais vigentes no Brasil, quais sejam:

- Lei nº 4.320/1964;
- Decreto-Lei nº 200/1967;
- Decreto nº 93.872/1986;
- Lei nº 10.180/2001;
- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 33);

- NBC T 16.11;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 10ª edição);
- Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Manual SIAFI);
- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), conforme Portaria STN/MF nº 1.567/2023.

As estruturas e a composição das demonstrações seguem as diretrizes propostas pelas práticas contábeis brasileiras adotadas no setor público. As Demonstrações Contábeis compreendem:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Balanço Financeiro (BF);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas Explicativas.

O uso do conceito de Conta Única, fundamentado no princípio da unidade de tesouraria (art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), determina que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam movimentadas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro (BF), os saldos de exercícios anteriores e seguintes concentram-se no grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Na consolidação das demonstrações contábeis, o IF Baiano adota os critérios de compensação e exclusão de transações intraórgão entre as unidades gestoras que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), de modo a apresentar informações consolidadas fidedignas do órgão.

Cabe destacar que os saldos de "Caixa e Equivalentes de Caixa" do BF e da DFC são apresentados sem compensação, ao passo que, no Balanço Patrimonial (BP), esses valores são apresentados de forma consolidada, em virtude da lógica do modelo PCASP, que opera com saldo de contas e não com fluxos financeiros.

2- RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Estrutura do Orçamento Público Federal

A estrutura do orçamento público federal é definida pelo Manual Técnico de Orçamento (MTO), elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), atualmente vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Esse manual estabelece as diretrizes, classificações e procedimentos necessários para a elaboração, execução e acompanhamento do orçamento da União.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), por sua vez, é o instrumento legal que estima as receitas e fixa as despesas da União para o exercício financeiro correspondente. A LOA é composta por três orçamentos distintos:

1. **Orçamento Fiscal** – abrange os Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;
2. **Orçamento da Seguridade Social** – contempla as ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social;
3. **Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Independentes** – refere-se às empresas estatais que não dependem de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o custeio de suas atividades.

Todos os entes federativos – estados, Distrito Federal e municípios – elaboram seus próprios orçamentos. No caso da União, para fins de consolidação das contas públicas e em observância a critérios econômicos, contábeis, fiscais e orçamentários, os recursos são consolidados por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

No contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), a execução orçamentária e contábil observa os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Manual Técnico de Orçamento e segue os critérios definidos no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

A seguir, serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IF Baiano, com base nas normas vigentes da contabilidade pública e nas premissas do modelo contábil aplicado ao setor público brasileiro.

2.2. Moeda Funcional

A moeda funcional da União é o **Real (BRL)**. Sendo assim, todas as transações contábeis e financeiras no âmbito do órgão são registradas nessa mesma moeda.

2.3. Conta Única do Governo Federal

A execução financeira dos órgãos públicos federais, incluindo a UFSB, segue o princípio da unidade de tesouraria, conforme disposto no Decreto nº 93.872/1986. Esse princípio determina que todas as receitas e despesas, sejam orçamentárias ou extraorçamentárias, devem ser realizadas por meio de um caixa único, denominado Conta Única do Tesouro Nacional.

Essa conta é mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que garante maior controle, eficiência e transparência na movimentação dos recursos públicos.

2.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional, outros depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Esses valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2.5. Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, a:

- Créditos não tributários;
- Dívida ativa;
- Transferências concedidas;
- Empréstimos e financiamentos concedidos (ex: FIES);
- Adiantamentos;
- Valores a compensar.

Os créditos são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido de atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Também é constituído ajuste para perdas estimadas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber. No caso de órgãos como o FNDE, essa categoria inclui valores significativos relacionados ao FIES, títulos a receber do Tesouro Nacional e valores restituíveis, como cauções e depósitos judiciais.

2.6. Estoques

Compreendem os bens do almoxarifado (materiais de consumo), adiantamentos a fornecedores e, em determinadas situações, itens destinados à distribuição gratuita, como livros didáticos. Também incluem mercadorias para revenda, produtos acabados e em elaboração, conforme aplicável à natureza das atividades institucionais. Na entrada, os estoques são avaliados pelo valor de aquisição, ou, quando for o caso, pelo custo de produção ou construção. Para a mensuração e avaliação das saídas, o método utilizado é o PEPS – Primeiro que Entra, Primeiro que sai, conforme previsto nas normas contábeis vigentes.

Há, ainda, a possibilidade de redução do valor dos estoques, por meio do registro de ajustes para perdas ou redução ao valor de mercado, sempre que o valor contábil estiver superior ao valor realizável líquido.

2.7. Ajustes de Exercícios Anteriores

Essa prática contábil visa registrar os efeitos de mudanças de critério contábil ou retificações de erros relativos a exercícios encerrados, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os ajustes são registrados diretamente na linha de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial, juntamente com o Resultado do Exercício e os Resultados de Exercícios Anteriores. Esses lançamentos podem ser positivos ou diminutivos, e afetam diretamente o

Patrimônio Líquido da entidade, sem transitar pelas contas de resultado, por tratarem de fatos de exercícios anteriores.

2.8. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários que não são destinados à negociação nem integram as atividades operacionais da Instituição. Tais ativos são mensurados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de acordo com o valor recuperável estimado, conforme estabelecido pelas normas contábeis vigentes.

2.9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Engloba os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, abrangendo, principalmente:

- (i) créditos tributários;
- (ii) créditos não tributários;
- (iii) dívida ativa;
- (iv) empréstimos e financiamentos concedidos;
- (v) investimentos temporários; e
- (vi) estoques.

Os ativos são mensurados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, das atualizações e correções monetárias, conforme as condições pactuadas nas respectivas operações.

2.10. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens tangíveis, como bens móveis e imóveis, utilizados na prestação de serviços ou manutenção das atividades institucionais. O reconhecimento inicial é feito com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Após o reconhecimento inicial, os bens estão sujeitos à:

- depreciação, amortização ou exaustão, quando possuírem vida útil definida;
- redução ao valor recuperável (impairment);
- reavaliação, conforme regulamentação vigente.

Os gastos posteriores à aquisição são incorporados ao valor do bem, desde que aumentem sua vida útil ou capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. Caso contrário, são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2. 11. Intangível

Os ativos intangíveis representam os direitos sobre bens incorpóreos, vinculados à manutenção das atividades públicas ou exercidos com essa finalidade. São mensurados pelo valor de aquisição ou de produção, deduzido:

- do saldo da amortização acumulada, quando a vida útil for definida;
- do montante de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se aplicável.

2.12. Depreciação, Amortização ou Exaustão de Bens Móveis e Imóveis Não Cadastrados no SPIUnet

Para bens móveis e bens imóveis não cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), a base de cálculo da depreciação, amortização ou exaustão é o custo do ativo imobilizado, incluindo custos diretos e indiretos.

O método utilizado é o das quotas constantes, e a contabilização dos encargos é aplicável a toda a administração pública direta, autárquica e fundacional. Como regra geral, o início da depreciação ocorre no primeiro dia do mês seguinte à data de início da utilização do bem. Excepcionalmente, admite-se o cômputo de depreciação em fração inferior a um mês, quando os valores envolvidos forem relevantes.

2.13. Depreciação de Bens Imóveis Cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurada mensal e automaticamente pelo próprio sistema, com base no valor depreciável da acessão, utilizando-se o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação tem início na data em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é determinada por laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros técnicos estabelecidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), considerando a natureza e as características do imóvel. Em caso de reavaliação do bem, independentemente da motivação, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor registrado.

2.14. Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações do Instituto Federal Baiano, como unidade da Administração Pública Federal, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos decorrentes das variações monetárias e cambiais apuradas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes de acordo com o vencimento das obrigações, sendo considerado circulante aquele com vencimento no exercício seguinte e não circulante os demais.

Com exceção do resultado diferido — que, quando existente, compõe exclusivamente o passivo não circulante — os grupos de passivos compreendem as seguintes categorias:

- Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- Empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores e contas a pagar;
- Obrigações fiscais;
- Obrigações de repartições a outros entes federativos;
- Provisões;
- Demais obrigações.

2.15. Provisões

As provisões representam obrigações presentes, oriundas de eventos passados, cujos pagamentos futuros são prováveis e estimáveis de forma confiável, e que resultarão na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potenciais de serviços à entidade. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis com base no montante provável de perda, conforme a natureza da obrigação e os relatórios técnicos das áreas responsáveis.

Estão segregadas nas seguintes categorias:

1. Riscos trabalhistas;
2. Riscos fiscais;
3. Riscos cíveis;
4. Repartição de créditos tributários;
5. Provisões matemáticas (atuariais);
6. Outras provisões.

2.16. Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados (termo contábil que inclui tanto os servidores públicos quanto os empregados de estatais dependentes) são classificados conforme o tempo de fruição:

- **Benefícios de curto prazo** são reconhecidos pelo regime de competência, em consonância com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas;
- **Benefícios pós-emprego**, como aposentadoria e assistência médica, também são reconhecidos com base no regime de competência.

Há dois tipos de planos previdenciários contemplados:

- **Planos de contribuição definida** (como os da Funpresp), nos quais os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Não há responsabilidade da União ou da entidade patrocinadora por déficits, portanto, não há cálculo atuarial nesses casos;
- **Planos de benefício definido** (como o RPPS), nos quais os riscos atuarial e dos investimentos recaem sobre a União. Nesses casos, reconhecem-se as provisões matemáticas previdenciárias como passivo atuarial.

2.17. Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do IFBAIANO, uma vez que representam situações incertas, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros que não estão sob o controle exclusivo da entidade. Quando relevantes, tais contingências são registradas em contas de controle e devidamente evidenciadas nas notas explicativas, especialmente na seção "Outras Informações Relevantes", em consonância com os princípios da transparência e fidedignidade da informação contábil.

2.18 Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi)

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna é mensurada pelo valor a pagar ao final do exercício, englobando os deságios, os juros e demais encargos apropriados pelo regime de competência até a data de encerramento do exercício. Estão incluídos nesse montante tanto os títulos emitidos por meio de oferta pública quanto aqueles decorrentes de emissões diretas.

2.19. Dívida Pública Federal Externa (DPFe)

A Dívida Pública Federal Externa é avaliada com base em seu saldo devedor, compreendendo o valor principal acrescido dos encargos financeiros, como os juros apropriados por competência de cada obrigação. Para fins de elaboração das Demonstrações Contábeis, os valores originalmente expressos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data-base das demonstrações.

2.20. Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar representam despesas regularmente empenhadas no exercício financeiro, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do respectivo ano, em razão da não entrega, dentro do prazo previsto, dos bens adquiridos ou da não execução integral dos serviços contratados.

No encerramento do exercício, essas despesas são registradas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente, sendo denominadas "resíduos passivos". O financiamento para quitação dessas obrigações deve ocorrer com os recursos arrecadados no próprio exercício em que o empenho foi emitido. Portanto, os Restos a Pagar correspondem a compromissos assumidos em exercícios anteriores, cuja exigibilidade se estende para o exercício seguinte, evidenciando dívidas da entidade com base no princípio da competência orçamentária.

3- APURAÇÃO DO RESULTADO

De acordo com o modelo de escrituração patrimonial adotado pelo PCASP, a entidade pública deve realizar a apuração dos seguintes tipos de resultado:

I. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial decorre da confrontação entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), evidenciadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Essa demonstração reflete todas as alterações (ou mutações) ocorridas no patrimônio da entidade, sejam ou não decorrentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, o qual é incorporado ao patrimônio líquido no Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas com base no regime de competência, quando há probabilidade de ingresso de benefícios econômicos ou potencial de serviços, e esses possam ser mensurados com confiabilidade. Entretanto, conforme permitido pelo modelo PCASP e pela Lei nº 4.320/1964, as receitas tributárias e as transferências recebidas são reconhecidas pelo regime de caixa.

As VPD, por sua vez, representam reduções nos benefícios econômicos, como saídas de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, sendo também reconhecidas segundo o regime de competência. Excetuam-se as despesas com restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que são mensuradas pelo regime de caixa.

Exemplos de variações patrimoniais não financeiras incluem: depreciações, amortizações, reavaliações e provisões, que impactam diretamente o resultado patrimonial do exercício.

O encerramento das contas de VPA e VPD ocorre por meio de uma conta de apuração específica. O resultado, se superavitário ou deficitário, é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, apresentada no Patrimônio Líquido. Ressalta-se que, diferentemente do setor privado, esse resultado não constitui um indicador de desempenho da entidade pública, mas sim uma medida das alterações quantitativas nos elementos patrimoniais decorrentes das atividades da instituição.

II. Resultado Orçamentário

A apuração do resultado orçamentário está disciplinada pelo **art. 35 da Lei nº 4.320/1964**, segundo o qual pertencem ao exercício financeiro:

- As receitas arrecadadas no período;
- As despesas legalmente empenhadas no mesmo exercício.

O Resultado Orçamentário é obtido pela diferença entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas no exercício. Caso a arrecadação seja superior aos empenhos, haverá superávit orçamentário; do contrário, haverá déficit orçamentário.

Esse resultado é apresentado no Balanço Orçamentário, sendo que:

- O déficit orçamentário é demonstrado junto às receitas, para evidenciar o equilíbrio da peça orçamentária.
- O superávit orçamentário é demonstrado junto às despesas, para o mesmo fim.

.Além disso, é possível que a despesa empenhada supere a dotação inicial ou atualizada, o que não representa erro, mas sim a execução de recursos oriundos de outros órgãos públicos, por meio de descentralizações de créditos.

III. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro reflete a variação nas disponibilidades financeiras da entidade ao longo do exercício, considerando todos os ingressos e dispêndios, sejam eles orçamentários, extraorçamentários ou transferências (recebidas e concedidas).

Sua apuração é evidenciada principalmente no Balanço Financeiro, sendo também possível sua verificação por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), em virtude da observância do princípio do caixa único.

A DFC classifica os fluxos de caixa em:

- Fluxo das atividades operacionais;
- Fluxo das atividades de investimento;
- Fluxo das atividades de financiamento.

A análise da DFC permite identificar a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como a forma como foram utilizados os recursos próprios e de terceiros. Ela também possibilita a comparação entre a geração líquida de caixa e os resultados do exercício, além da identificação de pagamentos de dívidas e realização de investimentos.

Atenção: o resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro não deve ser confundido com o resultado financeiro patrimonial, apurado pela diferença entre ativos financeiros e passivos financeiros no Balanço Patrimonial, que é utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais.

4- NOTAS EXPLICATIVAS- BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

4.1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, de forma quantitativa, a posição patrimonial e financeira da entidade pública em determinado momento, por meio de contas representativas do patrimônio público e dos atos potenciais, registrados em contas contábeis de controle (também chamadas de contas de compensação), conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Parte V, 7ª edição.

Sua estrutura apresenta os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Os ativos abrangem os bens, direitos e outros recursos controlados pela entidade, distribuídos nos grupos de ativo circulante, com alta rotatividade, e ativo não circulante, cujos elementos se realizam no longo prazo (como imobilizado, intangível e créditos a longo prazo). Os passivos, por sua vez, representam as obrigações presentes da entidade e estão agrupados em passivo circulante e passivo não circulante, conforme o prazo de exigibilidade.

No 1º trimestre de 2025, o Instituto Federal Baiano apresentou uma redução de 0,15% no Ativo Total, em comparação ao encerramento do exercício de 2024. Essa variação decorre, principalmente, da queda de 9,68% no Ativo Circulante, o que indica redução em disponibilidades ou em créditos com realização no curto prazo. Em contrapartida, o Ativo Não Circulante registrou crescimento de 2,09%, demonstrando incremento em ativos com realização a longo prazo, como investimentos em bens patrimoniais e ativos permanentes.

Ressalta-se que 79,33% do Ativo Total da entidade está concentrado no Ativo Não Circulante, sendo esta distribuição compatível com a natureza institucional da entidade, voltada à educação pública federal. Essa composição reflete a predominância de ativos de infraestrutura e bens permanentes no patrimônio da instituição.

Tabela 1: Composição do Ativo

DESCRIÇÃO	jun/2025	dez/2024	AV%	AH%
Ativo circulante	79.392.267,89	64.212.311,47	20,66%	23,63%
Ativo não circulante	304.738.403,27	273.457.170,28	79,33%	11,44%
Total ativo	384.130.671,16	337.669.481,75	100%	13,75%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

4.1.1 Ativo Circulante

O ativo circulante compreende os bens, direitos e outros recursos controlados pela entidade pública que se espera realizar, consumir ou converter em caixa no curto prazo, ou seja, dentro de até doze meses a partir da data das demonstrações contábeis.

Na administração pública, a classificação dos ativos em circulante e não circulante segue critérios similares ao setor privado, conforme previsto nas normas de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC TSP e MCASP), mas adaptados à natureza pública e institucional da entidade, que não visa lucro nem realiza venda de ativos como prática comum. São classificados como ativos circulantes:

Tabela 2 : Descrição Ativo circulante

DESCRIÇÃO	Jun/2025	Dez/2024	AV%/mar	AV%/dez	AH%
-----------	----------	----------	---------	---------	-----

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37.502.157,97	32.040.282,96	64,66%%	49,90%	17,04%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	38.121.956,72	27.890.135,23	28,83%	43,45%	-- 36,68%
ESTOQUES	3.768.153,20	4.281.893,28	6,5 %	6,66%	-12,00%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	79.392.267,8	64.212.311,47	100%	100%	10,71%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

Ao verificar os saldos do ativo circulante no encerramento do primeiro semestre de 2025 e compará-los com os valores registrados em dezembro de 2024, observa-se um aumento de 23,63%, com os montantes passando de R\$ 64.212.311,47 para R\$ 79.392.267,89. A seguir, detalha-se a composição e as variações dos principais elementos que integram essa classe de ativos:

O item Caixa e equivalentes de caixa apresentou crescimento de 17,04%, elevando-se de R\$ 32.040.282,96 para R\$ 37.502.157,97. Apesar do aumento nominal, sua representatividade no total do ativo circulante caiu ligeiramente, passando de 49,89% para 47,25%, o que pode indicar um crescimento proporcionalmente maior de outros componentes do ativo de curto prazo.

Por sua vez, os demais créditos e valores a curto prazo registraram uma elevação significativa de 36,65%, passando de R\$ 27.890.135,23 para R\$ 38.121.956,72. Com isso, sua participação na composição do ativo circulante cresceu de 43,45% para 48,02%, o que sugere um incremento no volume de valores a receber, adiantamentos ou créditos operacionais no período.

Os estoques, por outro lado, apresentaram queda de 12,01%, com os valores diminuindo de R\$ 4.281.893,28 para R\$ 3.768.153,20. Apesar da redução absoluta, a participação percentual no ativo circulante variou pouco, passando de 6,67% para 4,74%, o que pode refletir maior rotatividade ou redução nas aquisições de materiais e suprimentos.

Nota 1: Caixa e equivalente de caixa

Tabela 3 : Caixa e equivalentes

DESCRIÇÃO	Jun/2025	Dez/2024	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES	37.502.157,97	32.040.282,96	17,05%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

A posição de Caixa e Equivalentes de Caixa em junho de 2025 totalizou R\$ 37.502.157,97, enquanto em dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 32.040.282,96. Isso representa um aumento de R\$ 5.461.875,01 nesse ativo financeiro ao longo do segundo trimestre de 2025, refletindo um aumento percentual de aproximadamente 17,05% (AH%).

Nota 2: Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 4: créditos e valores a curto prazo.

DESCRIÇÃO	Jun/2025	Dez/2024	AH%
DEMAIS CREDITOS E VALORES	38.121.956,72	27.890.135,23	36,69%
TOTAL	38.121.956,72	27.890.135,23	

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

O saldo da conta Demais Créditos e Valores apresentou um acréscimo ao passar de R\$ 27.890.135,23 em dezembro de 2024 para R\$ 38.121.956,72 em março de 2025, representando um aumento absoluto de R\$ 10.231.821,50. Isso corresponde a uma variação positiva de aproximadamente 36,69% no período (AH%).

Nota 3 – Estoques

Os estoques registrados referem-se, em sua maioria, a materiais de consumo adquiridos para suprimento das atividades administrativas e acadêmicas dos campi do Instituto Federal Baiano. No comparativo entre os exercícios encerrados em dezembro de 2024 e junho de 2025, observou-se uma redução de aproximadamente 12% no total de estoques, passando de R\$ 4.281.893,28 para R\$ 3.763.577,34. Essa variação deve-se, principalmente, à baixa significativa ocorrida nos Campus .

Todos os estoques são avaliados pelo custo de aquisição, conforme preceitua o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e estão sujeitos a inventário físico anual, conforme determinações legais e normativas internas. A seguir a tabela apresenta as os saldos registrados:

Tabela 5 : Estoques

UNIDADE GESTORA	jun/25	dez/24	VARIAÇÃO
BOM JESUS DA LAPA	546.017,40	204.437,86	341.579,54
VALENÇA	127.455,28	86.211,05	41.244,23
CAMPUS ITAPETINGA	288.883,47	151.513,96	137.369,51

TEIXEIRA DE FREITAS	248.000,52	176.275,66	71.724,86
URUÇUCA	506.621,77	1.415.024,08	-908.402,31
GOVERNADOR MANGABEIRA	182.968,10	277.975,19	-95.007,09
SERRINHA	116.067,51	181.957,28	-65.889,77
ITABERABA	131.107,55	73.348,66	57.758,89
XIQUE-XIQUE	255.861,76	235.626,10	20.235,66
ALAGOINHAS	44.736,80	47.706,59	-2.969,79
REITORIA	26.525,17	27.406,00	-880,83
SANTA INES	348.579,63	256.226,61	92.353,02
SENHOR DO BONFIM	226.060,35	201.608,21	24.452,14
GUANAMBI	437.784,20	676.497,93	-238.713,73
CATU	276.907,83	270.078,10	6.829,73
TOTAL	3.763.577,34	4.281.893,28	-512.779,64

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

4.1.2 Ativo não circulante

O Ativo Não Circulante do Instituto Federal Baiano (IF Baiano) compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis. Este grupo é composto por bens e direitos que não se espera serem convertidos em caixa ou consumidos no curto prazo, refletindo investimentos de longo prazo da instituição. Conforme Tabela a seguir:

Tabela 6: Ativo não circulante

DESCRIÇÃO	jun/2025	Dez/2024	AV%	AH%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	938.441,35	938.441,35	0,31%	0%
IMOBILIZADO	302.740.967,38	271.459.734,39	99,34%	11,52%
INTAGÍVEIS	1.058.994,54	1.058.994,54	0,35%	0%
TOTAL	304.738.403,27	273.457.170,28	100%	

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

O Ativo Não Circulante do IF Baiano é predominantemente composto pelo grupo Imobilizado, que representa mais de 99% do total, evidenciando a concentração dos ativos em bens permanentes, como imóveis, equipamentos e infraestrutura.

O aumento de 11,52% no Imobilizado entre dezembro de 2024 e junho de 2025 indica investimentos contínuos em ativos permanentes, relacionados à aquisição e melhoria de instalações e equipamentos, alinhados com os objetivos institucionais de longo prazo.

Nota 4: imobilizado

O Imobilizado do Instituto Federal Baiano (IF Baiano) é composto por bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, esses ativos estão sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso contrário, tais gastos são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Essas práticas contábeis garantem que os ativos do IF Baiano reflitam adequadamente seu valor e utilidade ao longo do tempo, assegurando uma gestão patrimonial eficiente e transparente.

Nota 5: Bens móveis

Tabela 7 : Bens móveis

BENS MÓVEIS	jun/25	dez/24	AV%	AH%
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	R\$ 34.256.912,86	33.548.059,37	30,20402	2,11%
BENS DE INFORMATICA	R\$ 24.236.783,24	24.063.849,92	21,36936	0,72%
MOVEIS E UTENSILIOS	R\$ 24.915.094,95	24.630.983,41	21,96742	1,15%
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	R\$ 8.445.949,47	8.307.454,06	7,446721	1,67%
VEICULOS	R\$ 19.407.299,52	18.801.821,12	17,11125	3,22%
BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	R\$ 7.585,24	R\$ 7.585,24	0,006688	0
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	R\$ 659.935,37	976,00	0,581859	+67.57
SEMOVENTES	R\$ 286.419,18	286.419,18	25,25%	0
DEMAIS BENS MOVEIS	R\$ 1.202.391,46	1.122.907,36	1,060138	7,08%
TOTAL DE BENS MÓVEIS	R\$ 113.418.371,29	R\$ 110.770.055,66	100%	2,39%
(-)DEPRECIÇÃO	R\$ 75.677.434,58	73.257.686,11	66,72414	3,30%
TOTAL LÍQUIDO	R\$ 37.740.936,71	37.512.369,55		0,61%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

A análise horizontal entre dezembro de 2024 e junho de 2025 indica um pequeno crescimento no valor líquido dos bens móveis de R\$ 228.567,16, representando um aumento de 0,61%.

Em março de 2025, os bens móveis do IF Baiano são majoritariamente compostos por Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (30,03%), seguidos por Móveis e Utensílios (21,96%) e Bens de Informática (21,36%). Esses três grupos representam aproximadamente 74% do total bruto de bens móveis, indicando uma concentração significativa nesses ativos.

• **Variações Significativas:**

- O grupo de Veículos apresentou um aumento notável de 3,22%;
- A conta "Bens Móveis em Almoxarifado" teve um salto muito grande (de R\$ 976,00 para R\$ 659 mil), o que gerou uma variação de +67.457,91%.

Nota 6 : Bens imóveis

Em junho de 2025, os bens imóveis do IF Baiano são majoritariamente compostos por Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet (62,84%) e Bens Imóveis em Andamento (36,06%). As Instalações representam uma parcela menor, com 1,18% do total.

Tabela 8 : Bens Imóveis

BENS MÓVEIS	jun/25	dez/24	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	166.517.379,65	149.924.992,82	62,84%	11,07%
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	---	---	----	---
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	95.673.048,03	81.315.497,56	36,06%	17,65%
INSTALACOES	2.809.602,99	2.809.602,99	1,18%	0,00%
TOTAL DE BENS MÓVEIS	265.000.030,67	234.050.093,37	100%	13,22%
(-) DEPRECIAÇÃO	150.950,39	102.728,53		46,98%
TOTAL LÍQUIDO	264.849.080,28	233.947.364,84		13,22%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

- **Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet:** Correspondem a imóveis destinados à manutenção das atividades institucionais, como edifícios, terrenos, glebas, imóveis de uso educacional, fazendas, parques e reservas. Em junho de 2025, esses bens totalizavam R\$ 166.517.379,65, representando 62,84% do total bruto de bens imóveis.

- **Instalações:** Incluem valores oriundos de materiais e custos de implantação de instalações que, embora integradas aos edifícios, são segregadas das obras civis. Exemplos incluem instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e instalações de placas voltaicas. O saldo manteve-se em R\$ 2.809.602,99, representando 1,18% do total bruto.
- **Bens Imóveis em Andamento:** Compreendem os valores de obras e projetos ainda não concluídos, como construções em andamento, estudos e projetos (incluindo limpeza de terreno, serviços topográficos, etc.) e benfeitorias em propriedades de terceiros. Em março de 2025, esse grupo totalizava R\$ 95.673.048,03, representando 36,06% do total bruto de bens imóveis.

Tabela 9 : Obras em Andamento - Composição por Unidade Gestora:

OBRAS EM ANDAMENTO	Jun/25	dez/24	AV%	AH%
BOM JESUS DA LAPA	170.937,47	170.937,47	0,18%	0,00%
ITAPETINGA	5.490.719,54	5.490.719,54	5,74%	0,00%
TEIXEIRA DE FREITAS	3.287.373,16	3.287.373,16	3,44%	0,00%
SERRINHA	14.541.062,76	14.541.062,76	15,20%	0,00%
ITABERABA	9.989.615,45	8.732.381,12	10,44%	14,40%
XIQUE-XIQUE	12.166.289,09	10.159.963,06	12,72%	19,75%
ALAGOINHAS	15.395.429,76	15.395.429,76	16,09%	0,00%
REITORIA	14.378.837,26	3.284.847,15	15,03%	337,73%
SANTA INES	4.584.373,31	4.584.373,31	4,79%	0,00%
SENHOR DO BONFIM	8.347.070,47	8.347.070,47	8,72%	0,00%
CAMPUS GUANAMBI	7.321.339,76	7.321.339,76	7,65%	0,00%
Total:	95.673.048,03	81.315.497,56	100%	17,66%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

Entre dezembro de 2024 e junho de 2025, os valores previstos para obras em andamento vinculadas às diversas unidades gestoras sofreram uma variação global de +17,66%, refletindo acréscimos contratuais, reavaliações orçamentárias ou atualização de escopo. O total previsto para execução das obras passou de R\$ 81.315.497,56 para R\$ **95.673.048,03**, representando um acréscimo de R\$ 14.357.550,47 no período. A maior parte das unidades gestoras (8 de 11) manteve seus valores inalterados, evidenciando estabilidade orçamentária. No entanto, três unidades apresentaram aumento nos valores projetados: Itaberaba, Xique-Xique e Reitoria. A Reitoria foi o caso mais expressivo, com crescimento de 337,73%% — o valor previsto para as obras duplicou, saltando de R\$ 3,28 milhões para R\$ 14,3 milhões

- O valor de R\$ 12.166.289,09 está associado à execução do projeto de construção do prédio do bloco administrativo no campus Xique-Xique.
- Para a Reitoria, o valor reestimado de R\$ 14.378.837,26 reflete a prestação de serviços de engenharia, por conta de diversos obras em 5 novas unidades que serão integradas ao Instituto (Remanso, Santo Estevão, Ribeira do Pombal , Ruy Barbosa e Salvador) .

- O valor de R\$ 9.989.615,45 em março de 2025 é referente à execução de obras do bloco administrativo do campus.

Nota 7: Ativo Intangível

Os ativos intangíveis do Instituto Federal Baiano (IF Baiano) são mensurados com base no valor de aquisição ou produção, deduzido da amortização acumulada (quando aplicável) e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment). Conforme determina a NBC TSP 06 – Ativo Intangível e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o reconhecimento do ativo intangível deve ocorrer apenas quando for possível:

- Identificar o ativo separadamente de outros elementos patrimoniais;
- Controlá-lo juridicamente ou de fato;
- Mensurar com confiabilidade seu custo de aquisição ou produção.

1. Reconhecimento de Ativos Intangíveis Gerados Internamente

No âmbito do Instituto Federal Baiano (IF Baiano), embora existam ativos intangíveis desenvolvidos internamente – como softwares, sistemas e plataformas institucionais – não foi possível mensurar com confiabilidade os custos incorridos no processo de desenvolvimento desses ativos, especialmente por ausência de segregação contábil específica ou de metodologia de apropriação precisa dos recursos utilizados.

Por esse motivo, tais ativos não puderam ser ativados, conforme exigido pelas normas contábeis. Os dispêndios relacionados foram reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas, refletindo as despesas no exercício em que ocorreram, sem impacto direto no Ativo Não Circulante.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para primeiro trimestre do exercício de 2025 comparando-o ao último trimestre do ano anterior.

Tabela 10: Intangíveis

INTANGÍVEIS	jun/25	dez/24
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	2.200,00	2.200,00
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	1.056.674,54	1.056.674,54
MARCAS/DIREITOS/PATENTES VIDA UTIL INDEFINIDA	120,00	120,00
TOTAL DE INTANGÍVEIS	1.058.994,54	1.058.994,54

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

O saldo total do subgrupo permaneceu inalterado no período analisado. Não houve novos reconhecimentos de ativos intangíveis, nem registro de amortização ou perdas por redução ao valor recuperável no segundo trimestre de 2025.

4.1.3 Passivo e Patrimônio Líquido

O passivo representa uma obrigação presente da entidade derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou serviços públicos. No setor público, o passivo inclui tanto obrigações contratuais quanto aquelas decorrentes de exigências legais ou regulatórias.

O passivo está classificado em:

- Passivo Circulante: compreende as obrigações com vencimento no exercício seguinte.
- Passivo Não Circulante: refere-se a obrigações com exigibilidade superior a um exercício financeiro.

No período analisado (março/2025), não foram registradas obrigações no Passivo Não Circulante, mantendo-se zerado, o que indica que todas as obrigações registradas possuem curto prazo de exigibilidade.

O Patrimônio Líquido corresponde à diferença entre o ativo e o passivo, incluindo os recursos próprios da entidade, tais como:

- Capital ou patrimônio institucional
- Reservas patrimoniais
- Ajustes de avaliação patrimonial
- Resultados acumulados
- Resultado patrimonial do exercício (apurado na DVP)

Este resultado reflete a situação patrimonial líquida da entidade, podendo ser positivo (superávit) ou negativo (déficit).

Tabela 11: Passivo e patrimônio líquido

DESCRIÇÃO	jun/25	dez/24	AV%	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 101.213.995,64	R\$ 78.965.641,87	28,10%	28,17%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-----	-----	-	-
PATRMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 258.919.986,79	R\$ 258.703.839,88	71,90%	0,08%
TOTAL	R\$ 360.133.982,43	R\$ 337.669.481,75	100%	6,65%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

Passivo Circulante apresentou um crescimento de 28%%. O Patrimônio Líquido aumentou em 0,08%, indicando que, no segundo trimestre de 2025, houve um pequeno superávit patrimonial, decorrente de variações patrimoniais aumentativas superiores às diminutivas.

A estrutura patrimonial permanece sólida, com o Patrimônio Líquido representando mais de 71% da estrutura financeira da entidade, o que evidencia dependência relativamente baixa de passivos exigíveis.

Nota 8 : Passivo circulante

De acordo com as normas da contabilidade pública (NBC TSP e MCASP), os passivos devem ser classificados como circulantes quando sua exigibilidade ocorrer no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis, ou seja, dentro de um prazo de até doze meses. Aqueles cujos vencimentos ultrapassem esse período devem ser classificados como não circulantes.

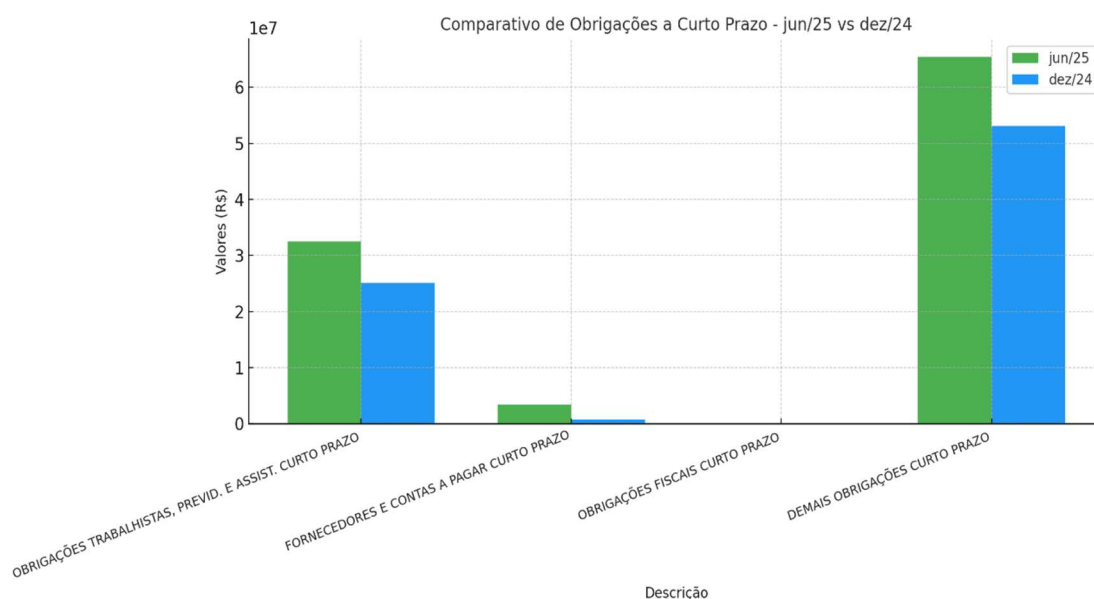
Tabela 12: Passivo circulante

DESCRIÇÃO	jun/25	dez/24	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVID. E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$ 32.448.552,39	R\$ 25.111.452,09	32,06%	29,22%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$ 3.388.479,19	R\$ 789.374,62	3,35%	329,26%
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$ 1.161,00	R\$ -	0,00%	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$ 65.375.803,06	R\$ 53.064.815,16	64,59%	23,20%
TOTAL	101.213.995,64	78.965.641,87	100%	28,17%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

No segundo trimestre de 2025, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano apresentou um saldo de aproximadamente R\$ 101 milhões em seu Passivo Circulante, registrando um aumento de 28,17 % em relação ao montante contabilizado no quarto trimestre de 2024, que foi de R\$ 78,96 milhões.

As obrigações mais representativas continuam sendo as “Demais Obrigações a Curto Prazo”, com participação de 64,59% no total do passivo circulante, seguidas pelas “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar”, com 32%, e pelos valores de “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo”, que representam 3,3%. Houve um aumento significativo na conta fornecedores no período, salientado maior análise nesta conta, mas boa parte desse valor está relacionado ao aumento de construções de 5 novas unidades do IFbaiano espalhadas pela Bahia. O gráfico abaixo ajuda na visualização:



Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

Nota 9 : Obrigações trabalhistas , previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

A composição das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo apresentou variações significativas no primeiro trimestre de 2025, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 12: Obrigações trabalhistas , previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

DESCRIÇÃO	jun/25	dez/24	AV%	AH%
PESSOAL A PAGAR	R\$ 27.270.880,07	R\$ 24.814.830,05	84,04%	R\$ 10%
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	R\$ 2.874,32	R\$ 1.437,16	0,01%	100,00%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 5.174.798,00	R\$ 275.230,88	15,95%	R\$ 1.780,17 %
TOTAL	R\$ 32.448.552,39	R\$ 25.111.452,09	100%	29,22%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

Em comparação aos saldos registrados em 31 de dezembro de 2024, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo em 30 de junho de 2025 apresentaram um aumento total de R\$ R\$ 7.337.100,30 , o que representa uma alta de 29,22%.

Encargos Sociais a Pagar apresentaram aumento expressivo de R\$ 1.780,17 %, passando de R\$ 275.230,88 para R\$ 5.174.798,00, elevando sua participação para 15,95%. Os Benefícios Previdenciários a Pagar duplicaram, embora ainda representem valores pouco expressivos no total.

Nota 10 : Fornecedores e contas a pagar

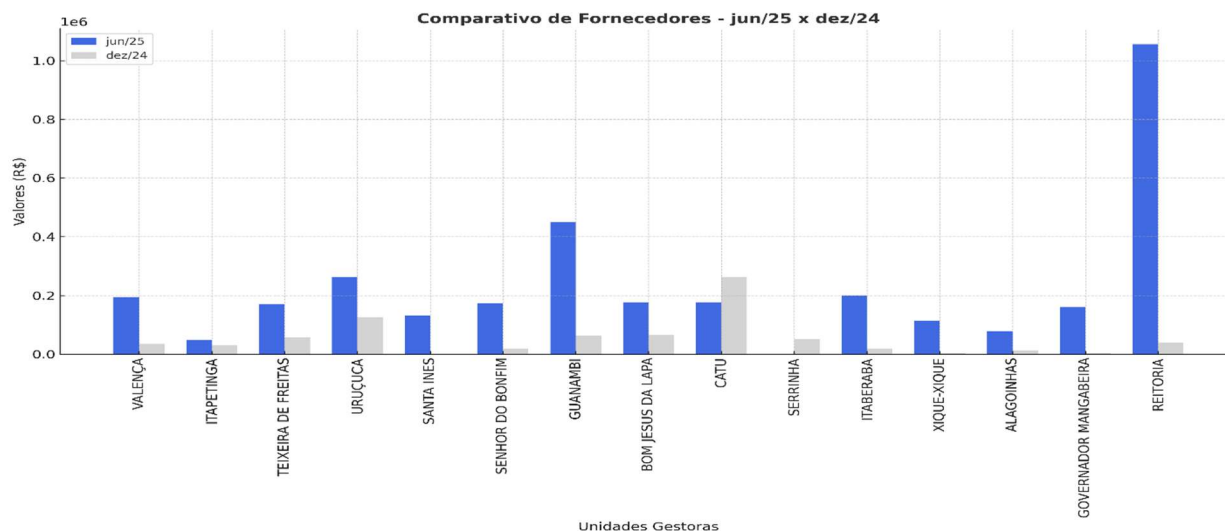
Em junho de 2025, o total das obrigações com fornecedores atingiu R\$ **3.388.479,19**. A análise vertical mostra que a maior parte desse valor está concentrada na Reitoria com mais de 31%. E Guanambi com mais de 13% que juntas somam mais de 40% da dívida total. Na análise horizontal, observam-se aumentos significativos em diversas unidades em relação a dezembro de 2024. Os maiores crescimentos ocorreram em Santa Inês 9351,49%, Gov. Mangabeira 3722,70% , Xique-Xique 3086,84% e Reitoria 2573,74% indicando possíveis contratações recentes ou concentração de despesas no primeiro semestre do ano.

Tabela 13: Fornecedores a pagar por unidade

CÓDIGOS / UNIDADES GESTORAS	jun/25	dez/24	AV%	AH%
VALENÇA	R\$ 193.731,42	R\$ 35.077,45	5,72%	452,30%
ITAPETINGA	R\$ 47.215,41	R\$ 31.098,92	1,39%	51,82%
TEIXEIRA DE FREITAS	R\$ 170.425,58	R\$ 57.518,33	5,03%	196,30%
URUÇUCA	R\$ 262.333,48	R\$ 124.768,09	7,74%	110,26%
SANTA INES	R\$ 132.755,57	R\$ 1.404,60	3,92%	9351,49%
SENHOR DO BONFIM	R\$ 172.257,15	R\$ 18.228,56	5,08%	844,98%
GUANAMBI	R\$ 451.126,47	R\$ 63.768,23	13,31%	607,45%
BOM JESUS DA LAPA	R\$ 175.402,24	R\$ 65.156,18	5,18%	169,20%
CATU	R\$ 176.302,49	R\$ 261.875,88	5,20%	-32,68%
SERRINHA	R\$ 0,00	R\$ 50.854,87	0,00%	-100,00%
ITABERABA	R\$ 200.366,51	R\$ 19.436,00	5,91%	930,90%
XIQUE-XIQUE	R\$ 113.106,19	R\$ 3.549,16	3,34%	3086,84%
ALAGOINHAS	R\$ 77.903,83	R\$ 12.972,90	2,30%	500,51%
GOVERNADOR MANGABEIRA	R\$ 159.871,66	R\$ 4.182,17	4,72%	3722,70%
REITORIA	R\$ 1.055.681,19	R\$ 39.483,28	31,16%	2573,74%
Total fornecedores	3.388.479,19	789.374,62	100%	

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

Gráfico mostrando o percentual de crescimento da dívida com fornecedores entre dezembro/2024 e junho/2025.



Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

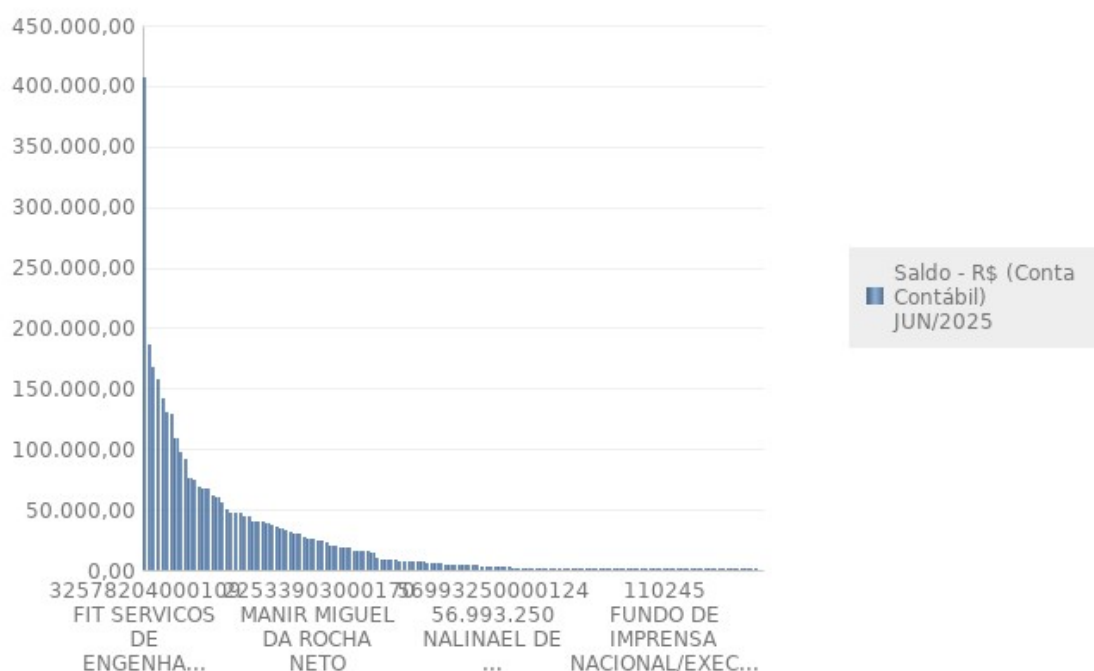
O gráfico mostra de forma clara:

- A evolução dos valores, com destaque para unidades como **Reitoria**, **Guanambi** e **Uruçuca**, que apresentaram os maiores montantes em junho/25.
- Unidades como **Serrinha** e **Catu** tiveram queda significativa nos valores.

Tabela 14: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição por fornecedor:

Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor - Órgão (Maiores Fornecedores)			
FOENECEDORES		JUN/2025	AV %
32578204000109	FIT SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	407.009,95	28,47
26427482000154	AGIL LTDA	185.693,46	12,99
14768911000178	HIGICLEAN TECNOLOGIA EM HIGIENIZACAO E CONSERVACAO LTDA	168.089,10	11,76
19438257000158	CHURRASCARIA E RESTAURANTE TEMPERO BAIANO LTDA	157.776,80	11,04
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	142.564,91	9,97
26393072000130	RAMOS & ARAUJO ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA	130.593,98	9,13
81243735000903	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	128.458,26	8,99
13504675000110	EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO SA	109.428,64	7,65
TOTAL		1.429.615,10	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial , 2025 .



Fonte: Tesouro Gerencial , 2025 .

Em junho de 2025, os maiores pagamentos realizados pelo órgão totalizaram R\$ 1.429.615,10, sendo este montante inteiramente concentrado entre os oito principais fornecedores listados, representando 100% do valor pago no mês analisado.

Destaques entre os principais fornecedores:

- A FIT Serviços de Engenharia Ltda foi responsável pelo maior volume de pagamentos, com R\$ 407.009,95, o que equivale a 28,47% do total, evidenciando a relevância de contratos voltados à execução de obras e serviços de engenharia.
- Em segundo lugar, a Ágil Ltda recebeu R\$ 185.693,46, representando 12,99% dos pagamentos, seguida por empresas com foco em higienização e conservação predial, como a Higiclean Tecnologia (11,76%) e a Liderança Limpeza e Conservação Ltda (9,97%).
- Também merece destaque a Churrascaria e Restaurante Tempero Baiano Ltda, com 11,04%.
- Outras empresas expressivas incluem:
 - Ramos & Araújo Engenharia & Consultoria Ltda (9,13%),
 - Positivo Tecnologia S.A. (8,99%), fornecedora de equipamentos e soluções tecnológicas,
 - Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A., com 7,65%, relacionada ao fornecimento de serviços essenciais de saneamento.

Considerações Gerais:

- A concentração de mais de 55% dos recursos em apenas três fornecedores (FIT, Ágil e Higiclean) demonstra um direcionamento estratégico do órgão para áreas essenciais, como infraestrutura, limpeza e suporte operacional.
- A presença predominante de empresas dos setores de engenharia, saneamento, tecnologia e serviços de apoio (alimentação e limpeza) está em consonância com as demandas operacionais e estratégicas da instituição.
- No que tange às empresas de engenharia, vale salientar que os valores empenhados estão diretamente associados à execução de novas obras, em virtude da construção de cinco novas unidades, o que reforça a expansão física e estrutural da instituição. Tal cenário reflete o compromisso com o crescimento institucional, a ampliação do acesso e a melhoria das condições físicas para oferta de ensino, pesquisa e extensão.
- Essa distribuição de recursos evidencia um planejamento voltado para a reestruturação e expansão da infraestrutura, assegurando a continuidade dos serviços educacionais com qualidade e segurança..

Nota 11: Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido é a diferença entre o total de ativos e o total de passivos de uma entidade, representando o valor residual que pertence ao órgão ou entidade pública. No contexto do setor público, o Patrimônio Líquido reflete a posição financeira da instituição e inclui todas as reservas, ajustes e resultados acumulados ao longo do tempo, sendo um indicador importante de sua solvência e sustentabilidade financeira.

No caso das demonstrações contábeis de um órgão público, o saldo apresentado no grupo Demais Reservas refere-se à reavaliação dos bens imóveis realizados nas Unidades Gestoras vinculadas ao Órgão. A reavaliação de bens imóveis tem como objetivo ajustar seus valores contábeis para refletir seu valor de mercado atual, o que impacta o patrimônio líquido da entidade, sem afetar diretamente o resultado do exercício.

Por sua vez, os Resultados de Exercícios Anteriores, o item mais relevante do grupo Resultados Acumulados, referem-se a ajustes realizados em exercícios passados, com base em lançamentos efetuados pela Contabilidade do Sistema de Transferências de Recursos (STN). Esses ajustes são necessários para corrigir distorções ou erros de registros contábeis em períodos anteriores, assegurando que as demonstrações contábeis representem com precisão a situação financeira do órgão, em conformidade com as normas contábeis do setor público.

4.1.4 . Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais compreendem contas de natureza informativa que registram situações ainda não refletidas no patrimônio da entidade, mas que, de maneira direta ou indireta,

podem vir a afetá-lo futuramente. Essas contas são classificadas fora do ativo e passivo reais, pois não representam, no momento do registro, direitos ou obrigações consolidadas.

Conforme o modelo contábil aplicado ao setor público, não se enquadram como atos potenciais aqueles diretamente relacionados à execução orçamentária e financeira ou àquelas contas que têm como finalidade principal o controle interno e institucional. Os Potenciais Passivos, em particular, representam atos e fatos que podem futuramente acarretar o aumento do passivo ou a redução do ativo da entidade governamental, configurando-se como eventos com possibilidade de impacto patrimonial, cuja materialização dependerá de condições futuras incertas ou de formalizações posteriores.

Esse controle visa assegurar a transparência e o acompanhamento adequado de riscos e compromissos potenciais, contribuindo para o fortalecimento da governança e da responsabilidade fiscal no setor público.

A tabela abaixo evidencia a distribuição das obrigações conforme a natureza contratual:

Tabela 15: Composição Obrigações Contratuais do Órgão

Obrigações Contratuais - Composição Órgão	jun/25	dez/24	AV %	AH%
= CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUCAO	359.931.210,98	1.361.467,24	99,338347	263,370086
= CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUCAO	2.337.044,96	57.848,13	0,6450071	39,399663
= CONTRATOS DE SEGUROS EM EXECUCAO	60.312,14	108.004.070,32	0,0166457	-0,99944158
TOTAL	362.328.568,08	109.423.385,69	100	

Tesouro Gerencial , 2025.

No comparativo entre os meses de dezembro de 2024 e junho de 2025, observou-se um crescimento expressivo nas obrigações contratuais do órgão, que passaram de R\$ 109.423.385,69 para R\$ 362.328.568,08, representando um aumento absoluto superior a R\$ 252 milhões e um crescimento percentual de mais de 231% no total de compromissos registrados.

1. Contratos de Serviços em Execução

- Em junho de 2025, os contratos de serviços em execução totalizaram R\$ 359.931.210,98, representando 99,34% do total das obrigações contratuais. Esse valor demonstra uma alta variação absoluta (AH%) de 263,37% em relação a dezembro de 2024, quando somavam apenas R\$ 1.361.467,24. A magnitude desse crescimento está fortemente associada à execução de novos contratos de engenharia, manutenção, consultorias técnicas e serviços contínuos essenciais, como limpeza, vigilância e alimentação institucional.
- Ressalta-se que esse incremento também reflete a implementação de obras para cinco novas unidades, o que justifica a elevação substancial dos compromissos vinculados a serviços especializados.

2. Contratos de Fornecimento de Bens em Execução

- Os contratos de fornecimento de bens apresentaram um total de R\$ 2.337.044,96 em junho, frente a R\$ 57.848,13 registrados em dezembro de 2024. Essa variação corresponde a um aumento de aproximadamente 39,40 vezes (AH%). Esse aumento sinaliza um reforço nas aquisições de materiais permanentes, equipamentos tecnológicos e mobiliário, provavelmente associados ao reaparelhamento institucional e à adequação de infraestrutura das novas unidades.

3. Contratos de Seguros em Execução

- Por outro lado, os contratos de seguros totalizaram R\$ 60.312,14 em junho, uma redução expressiva em relação aos R\$ 108.004.070,32 observados em dezembro. Essa variação negativa, com AH% de -99,94%, sugere que grande parte dos compromissos contratuais com seguradoras foi quitada ou encerrada no semestre anterior. Apesar da sua baixa representatividade percentual atual (0,017%), os seguros seguem sendo relevantes por garantirem a proteção patrimonial dos bens e operações da instituição.

Tabela 16: Obrigações Contratuais - Composição - UG

Obrigações Contratuais - Composição – UG				
UG Executora		Mês Lançamento	JUN/2025	AV %
		Obrigações Contratuais	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
151889	BOM JESUS DA LAPA	Fornecimento de Bens	90.198,61	
		Seguros	32.570,82	
		Serviços	5.618.582,59	
		Total	5.741.352,02	1,584571
154579	VALENCA	Fornecimento de Bens	121.451,30	
		Seguros	1.184,35	
		Serviços	1.397.848,03	
		Total	1.520.483,68	0,419642
154580	ITAPETINGA	Seguros	1.024,72	
		Serviços	1.495.336,80	
		Total	1.496.361,52	0,412985
154581	TEIXEIRA DE FREITAS	Fornecimento de Bens	235.862,86	
		Seguros	7.251,38	
		Serviços	1.964.687,44	
		Total	2.207.801,68	0,609337
154617	URUCUCA	Fornecimento de Bens	7.224,13	
		Seguros	6.472,90	
		Serviços	2.270.906,90	
		Total	2.284.603,93	0,630534
154618	GOVERNADOR MANGABEIRA	Serviços	187.646,40	
		Total	187.646,40	0,051789
155821	SERRINHA	Serviços	532.695,61	
		Total	532.695,61	0,14702
155884	ITABERABA	Fornecimento de Bens	22.121,00	
		Seguros	11.807,97	
		Serviços	9.522.429,44	

		Total	9.556.358,41	2,637484
155885	XIQUE-XIQUE	Fornecimento de Bens	238.015,51	
		Serviços	7.190.658,56	
		Total	7.428.674,07	2,050259
155891	ALAGOINHAS	Serviços	2.502.385,11	
		Total	2.502.385,11	0,69064
158129	REITORIA	Fornecimento de Bens	195.029,00	
		Serviços	311.438.603,13	
		Total	311.633.632,13	86,00857
158277	SANTA INES	Serviços	2.993.570,01	
		Total	2.993.570,01	0,826203
158435	SENHOR DO BONFIM	Serviços	1.174.357,43	
		Total	1.174.357,43	0,324114
158442	GUANAMBI	Fornecimento de Bens	832.023,03	
		Serviços	2.031.488,46	
		Total	2.863.511,49	0,790308
158443	CATU	Fornecimento de Bens	595.119,52	
		Serviços	9.610.015,07	
		Total	10.205.134,59	2,816542
TOTAL			362.328.568,08	

Tesouro Gerencial, 2025.

A análise da distribuição das obrigações contratuais do IF Baiano por Unidade Gestora (UG) no mês de junho de 2025 evidencia uma concentração significativa dos contratos em poucas unidades, refletindo tanto a centralização de contratações estratégicas quanto o estágio diferenciado de execução orçamentária entre os campi.

1. Reitoria

- A Reitoria é a unidade com maior volume de obrigações contratuais registradas, totalizando R\$ 311.633.632,13, o que representa 86,01% do total global de compromissos.
- Este valor está fortemente concentrado em contratos de serviços (R\$ 311.438.603,13), indicando centralização de grandes contratos institucionais, como obras de grande porte, contratos de tecnologia da informação, manutenção predial e projetos estruturantes da instituição.

2. Campus Catu e Itaberaba

- O Campus Catu registra o segundo maior montante, com R\$ 10.205.134,59 (2,82%), seguido pelo Campus Itaberaba, com R\$ 9.556.358,41 (2,64%).
- Em ambas as unidades, a predominância de contratos de serviços e fornecimento de bens sugere execução de obras em andamento e reaparelhamento, compatível com ações de ampliação da infraestrutura física e acadêmica.

3. Campus Xique-Xique

- O Campus Xique-Xique também se destaca com R\$ 7.428.674,07 (2,05%), refletindo a continuidade de obras locais e expansão institucional.

- O volume elevado de contratos em execução indica priorização de investimentos estruturais, possivelmente vinculados à consolidação de suas instalações físicas.

4. Demais Unidades

Outras unidades com participação relevante incluem:

- Itaberába – R\$ 9.522.429,44 em serviços, totalizando R\$ 9.556.358,41 (2,64%).
- Santa Inês – R\$ 2.993.570,01 (0,83%).
- Guanambi – R\$ 2.863.511,49 (0,79%).
- Teixeira de Freitas – R\$ 2.207.801,68 (0,61%).
- Uruçuca – R\$ 2.284.603,93 (0,63%).
- Alagoinhas – R\$ 2.502.385,11 (0,69%).

Essas unidades mantêm um nível médio de execução contratual, provavelmente associado a ações de manutenção, serviços recorrentes e algumas obras menores.

5. Menores Execuções

- Governador Mangabeira (R\$ 187.646,40; 0,05%) e Serrinha (R\$ 532.695,61; 0,15%) apresentaram os menores volumes de obrigações contratuais entre as UGs.
- Isso pode indicar um menor número de contratos vigentes, ausência de obras em andamento, ou um momento de baixa execução no cronograma físico-financeiro dessas unidades.

4.1.5 Ajustes de Exercícios Anteriores

Em junho de 2025, o saldo da conta 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores é de R\$ 216.146,91. Esta conta tem como objetivo registrar o saldo decorrente de efeitos de mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Ela é essencial para garantir a precisão das demonstrações contábeis, corrigindo distorções que possam ter ocorrido em exercícios passados.

No quarto trimestre de 2024, essa conta apresentou um saldo devedor de R\$ 70.255.116,24, refletindo os ajustes realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), especialmente relacionados à reclassificação na apuração de superávits e déficits. Esses ajustes envolvem revisões de lançamentos contábeis de exercícios anteriores, com o objetivo de corrigir erros ou adaptar as contas à mudança de critérios contábeis, garantindo que os registros refletem fielmente a realidade financeira do órgão.

A necessidade desses ajustes é um reflexo de um processo contínuo de melhoria e conformidade com as normas contábeis do setor público, que visam a transparência e a consistência das informações financeiras. Ao revisar e corrigir os saldos dos exercícios anteriores, o órgão assegura que suas demonstrações contábeis representem com precisão sua posição patrimonial e orçamentária.

5 - NOTAS EXPLICATIVAS - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço Orçamentário evidencia a execução orçamentária da entidade pública, demonstrando a comparação entre as receitas previstas e arrecadadas e as despesas fixadas e empenhadas no exercício.

O resultado orçamentário é apurado com base na confrontação entre o total das receitas arrecadadas e o total das despesas empenhadas, conforme determina o artigo 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O referido artigo estabelece que:

- Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, independentemente da competência contábil.

Assim, o Balanço Orçamentário busca refletir de maneira transparente o cumprimento da programação estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA), possibilitando a avaliação da gestão orçamentária e financeira da entidade.

A estrutura do BO é organizada de forma a permitir a verificação:

- Da execução das receitas orçamentárias, evidenciando as previstas e as efetivamente arrecadadas;
- Da execução das despesas orçamentárias, evidenciando as fixadas e as legalmente empenhadas.

Nota 12: Receitas

No 2º trimestre de 2025, as receitas realizadas montaram o valor aproximado de R\$ 239.108,15, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 17: Receitas

DESCRIÇÃO	RECEITA REALIZADA
RECEITAS CORRENTES	R\$ 239.108,15
RECEITAS DE CAPITAL	
TOTAL	R\$ 239.108,15

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

No exercício analisado, a previsão inicial e atualizada da receita orçamentária total foi de R\$ 901.577,00, sem alterações ao longo do período. Toda a previsão concentrou-se em Receitas Correntes, não havendo previsão ou realização de Receitas de Capital. Até o momento, a receita realizada totalizou R\$ 239.108,15, representando 26,52% da previsão total..

Tabela 18: – Composição Receitas Correntes

RECEITAS	RECEITA REALIZADA	AV%
RECEITAS AGROPECUÁRIAS	R\$ 155.723,12	65,13%
RECEITAS PATRIMONIAIS	R\$ 51.369,11	21,48%
RECEITAS DE SERVIÇOS	R\$ 36.746,38	15,37%
OUTRAS RECEITAS	-R\$ 4.730,46	-1,98%
TOTAL	239.108,15	100%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

No 2º trimestre de 2025, as receitas arrecadadas pelo Instituto totalizaram R\$ 239.108,15, compostas exclusivamente por Receitas Correntes, sem registro de receitas de capital no período. O perfil da arrecadação revela a seguinte composição: Receitas Agropecuárias foram responsáveis por 65,13% do total, evidenciando a forte dependência das atividades produtivas agrícolas e pecuárias na geração de recursos próprios. Receitas Patrimoniais representaram 21,48%, oriundas da exploração de bens públicos, como aluguéis. Receitas de Serviços corresponderam a 15,37%, ligadas à prestação de serviços educacionais e taxas administrativas.

Observa-se que a arrecadação neste trimestre ficou concentrada nas atividades agropecuárias, fato que demonstra tanto o potencial produtivo do Instituto quanto uma possível sazonalidade na geração de receitas, o que exige atenção no planejamento financeiro para garantir a estabilidade dos fluxos de caixa ao longo do ano.

Nota 13 : Despesas

A execução das Despesas Correntes atingiu 76,57% da dotação atualizada, o que demonstra um grau considerável de empenho, especialmente se considerarmos que ainda pode haver execução complementar até o final do exercício. Esse percentual indica que a maior parte dos recursos alocados para o custeio das atividades administrativas, contratos contínuos, pessoal e encargos já foi comprometida. As Despesas de Capital, por sua vez, apresentam um empenho de R\$ 19.364.814,00. De modo geral, a execução total empenhada já alcança **R\$ 325.829.012,19**, refletindo um ritmo orçamentário significativo. Conforme Tabela:

Tabela 19: Despesas

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	AV%	REALIZAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	R\$ 495.512.992,00	R\$ 323.746.372,26	92,53%	65,30%
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.315.000,00	R\$ 26.127.297,09	7,47%	19,86%
TOTAL	496.827.992,00	349.873.669,35	100%	19,86866699

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

Tabela 20: composição despesas correntes

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	AV%	REALIZAÇÃO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 395.416.384,00	R\$ 276.268.932,72	79,8%	69,87%
OUTRAS DESPESAS	R\$ 100.096.608,00	R\$ 47.477.439,54	20,2 %	47,43%
TOTAL	495.512.992,00	323.746.372,26	100%	

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

A tabela acima demonstra que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais são as mais relevantes dentro da execução orçamentária corrente, representando 79,8% da dotação atualizada e correspondendo a aproximadamente 69,8% do total empenhado. Observa-se que essa categoria já empenhou 79% da sua dotação, indicando um ritmo elevado e contínuo de execução, o que é esperado, dado seu caráter obrigatório.

Já as Outras Despesas Correntes, que abrangem custeio administrativo, contratos e aquisição de materiais, representam 20% da dotação atualizada e apresentam uma realização de 47,43%, o que indica espaço para reforço da execução nos próximos meses.

Tabela 21: Resumo detalhamento da despesa

Natureza Despesa Detalhada		Despesa Paga
31900101	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	6.105.029,38
31900106	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL	550.824,67
31900109	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO PESSOAL CIVIL	360.211,41
31900301	PENSOES CIVIS	1.874.214,16
31900401	SALARIO CONTRATO TEMPORARIO	2.397.054,69
31900706	CONTRIBUICAO PATRONAL - FUNPRESP LEI 12618/12	1.251.942,21
31901101	VENCIMENTOS E SALARIOS	74.978.800,51
31901107	ABONO DE PERMANENCIA	667.642,04
31901110	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	302.213,87
31901131	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	60.288.796,90
31901133	GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS	1.704.220,13
31901136	GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO	3.547.113,37
31901143	13º SALARIO	7.209.500,02
31901145	FERIAS - 1/3 CONSTITUCIONAL	2.979.795,31
31901632	SUBSTITUICOES	436.721,48
31910415	OBRIGACOES PATRONAIS	564.398,43
31911303	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	26.824.056,43

33900421	AUXILIO-ALIMENTACAO	433.406,91
33900809	AUXILIO-CRECHE CIVIL	918.015,44
33901414	DIARIAS NO PAIS	717.051,89
33901801	BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	610.143,81
33903007	GENEROS DE ALIMENTACAO	822.565,06
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	4.683.978,99
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	2.292.854,20
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	2.298.817,47
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	668.165,42
33903941	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	825.237,74
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	1.305.075,90
33903944	SERVICOS DE AGUA, ESGOTO E RESIDUOS SOLIDOS	673.212,78
33904601	AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	10.632.589,89
33904901	AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS	1.969.321,59
33909308	RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	2.344.064,01
44905191	OBRAS EM ANDAMENTO	4.062.651,03
Total		231.884.295,38

Tesouro Gerencial, 2025.

A despesa executada revela um orçamento fortemente comprometido com pessoal e encargos sociais, caracterizando uma estrutura orçamentária rígida e com pouca margem para investimentos ou custeio discricionário.

A maior despesa foi com Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, que inclui:

- Vencimentos e salários: R\$ 74.978.800,51
- Gratificação por exercício de cargo efetivo: R\$ 60.288.796,90
- 13º salário: R\$ 7.209.500,02
- Férias (1/3 constitucional): R\$ 2.979.795,31
- Outras gratificações, adicionais, substituições, abono e proventos: soma significativa

Total dessas despesas: aproximadamente R\$ 161.339.633,71, o que representa cerca de 69,60% do total executado.

- A despesa orçamentária revela um perfil altamente comprometido com folha de pagamento e benefícios, consumindo cerca de 89% dos recursos.
- As despesas operacionais e de investimento aparecem com baixa representatividade, o que indica limitações de flexibilidade orçamentária para expansão, inovação ou ampliação de serviços.
- A gestão fiscal nesse contexto deve buscar eficiência na execução dos contratos de serviços, racionalização de despesas correntes e avaliação da possibilidade de captação de recursos para investimentos.

Nota 22 : Despesas - Ação de Governo

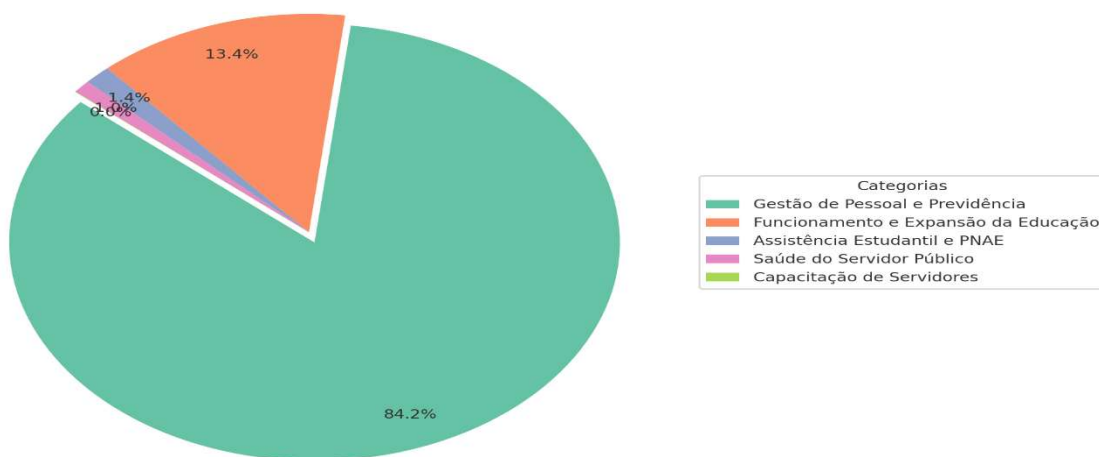
Ação Governo		Despesas Empenhadas
00PI	APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR (PNAE)	268.227,10
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	12.424.735,97

09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	42.352.031,76
15R4	APOIO A EXPANSAO, CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO DAS INSTITUIC	26.104.112,43
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3.334.265,92
20RG	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDER	23.184,66
20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	366.843,65
20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	20.652.931,19
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	221.492.164,99
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	17.932.388,70
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	125.500,00
2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFI	4.691.771,38
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	105.511,60
Total		349.873.669,35

Fonte: Tesouro Gerencial , 2025.

O órgão empenhou um total de R\$ 349.873.669,35 em diversas ações orçamentárias, com foco predominante na gestão de pessoal, previdência, educação, assistência estudantil e capacitação de servidores. A distribuição dos empenhos reflete o caráter institucional voltado para o funcionamento e manutenção da força de trabalho e da estrutura educacional federal. O gráfico facilita a análise do percentual:

Distribuição das Despesas Empenhadas por Categoria
Total: R\$ 349.873.669,35



Fonte: elaborado pela autora com dados do tesouro gerencial , 2025.

Nota 14 : Restos a pagar

Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas até 31 de dezembro de cada exercício financeiro que não foram pagas até essa data. Esses valores são inscritos no exercício seguinte para que possam ser pagos, conforme o disposto no art. 36 da Lei nº 4.320/64 e no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986.

Dividem-se em duas categorias:

- Restos a Pagar Processados (RP Processados): despesas cuja execução já foi concluída, ou seja, os bens ou serviços foram entregues e a despesa foi liquidada, restando apenas o pagamento.
- Restos a Pagar Não Processados (RPNP): despesas empenhadas, mas que ainda não foram liquidadas, ou seja, os bens ou serviços não foram entregues até 31 de dezembro.

A inscrição dos Restos a Pagar é feita pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nos primeiros dias de janeiro, com base na execução orçamentária do exercício anterior.

Tabela 23 : Restos a pagar

	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	48.525.725,07	15.264.069,87	146.246,11	10.135.108,05
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	33.642.802,97	33.592.111,14	9.716,61	177.453,43

Fonte: SIAFI 2024, 2025.

Principais Pontos de Destaque

Restos a Pagar Não Processados (RPNP):

- Foram inscritos R\$ 48,53 milhões ao final de 2024.
- Desses, **R\$ 15,26 milhões (31,45%)** foram pagos até o momento.
- Os cancelamentos somaram **R\$ 146,2 mil (0,30%)**, valor considerado pouco expressivo.
- O **saldo remanescente é de R\$ 33,12 milhões (68,25%)**, evidenciando que uma parcela significativa das despesas ainda não teve sua liquidação concluída, o que pode estar associado a pendências na entrega de bens e serviços ou atrasos nos trâmites administrativos.

Restos a Pagar Processados (RP):

- Foram inscritos R\$ 33,64 milhões.
- Desses, **R\$ 33,59 milhões (99,85%)** foram pagos.
- Os cancelamentos foram de apenas R\$ 9,7 mil (0,03%).
- O saldo final é de apenas **R\$ 40,97 mil (0,12%)**, o que demonstra um excelente desempenho na liquidação e pagamento das despesas já reconhecidas.
-

6-NOTAS EXPLICATIVAS BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro (BF) é uma demonstração contábil obrigatória prevista na legislação brasileira, mais especificamente na Lei nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Segundo o disposto no artigo correspondente da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro evidencia: “as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para início do exercício seguinte.” (MCASP, 7ª edição, 2017)

Complementando, de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 07, relativas à metodologia para a elaboração do Balanço Orçamentário: "O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte."

Assim, o Balanço Financeiro apresenta, de forma estruturada:

- As Receitas Orçamentárias realizadas;
- As Despesas Orçamentárias pagas;
- Os Ingressos Extraorçamentários (entradas que não afetam a execução orçamentária, como depósitos, cauções, fianças recebidas etc.);
- Os Dispêndios Extraorçamentários (pagamentos de natureza semelhante, como devoluções de cauções, fianças, retenções de terceiros);
- O Saldo Financeiro Inicial (proveniente do exercício anterior);
- O Saldo Financeiro Final (que será transportado para o próximo exercício).

O Balanço Financeiro permite acompanhar a movimentação financeira da entidade pública em determinado exercício, demonstrando a relação entre o que entrou e o que saiu de recursos, além dos saldos de caixa no início e no fim do período. Conforme Tabela a seguir:

Tabela 24 : Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	jun/25	dez/24	AV%	AH%
Receitas Orçamentárias	R\$ 239.108,15	R\$ 3.269.695,46	0,049927	-92,687
Ordinárias	-	-		

Vinculadas	R\$ 247.606,26	R\$ 3.270.535,46		
Previdência Social (RPPS)	-	-		
Fundos, Órgãos e Programas	R\$ 246.776,72	R\$ 3.270.385,46		
Recursos Não Classificados	R\$ 770,00	-		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-R\$ 8.498,11	-R\$ 840,00		
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 278.252.398,46	R\$ 237.045.338,07	58,1006	17,3836
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$ 224.285.759,41	R\$ 192.020.355,25		
Repasse Recebido	R\$ 213.110.030,24	R\$ 182.759.117,45		
Sub-repasse Recebido	R\$ 11.175.729,17	R\$ 9.261.237,80		
Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 53.966.639,05	R\$ 45.024.982,82		
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	R\$ 48.342.232,78	R\$ 39.535.596,37		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	R\$ 5.624.406,27	R\$ 5.489.386,45		
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 168.383.077,10	R\$ 174.559.451,96	35,15929	-3,5383
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	R\$ 46.760.498,76	R\$ 28.820.592,19		
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	R\$ 120.276.976,77	R\$ 145.474.112,83		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.174.628,51	R\$ 77.638,49		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 170.973,06	R\$ 187.108,45		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	R\$ 33.113,96	R\$ 42.202,74		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	R\$ 4.085,33	R\$ 7.528,16		
Arrecadação de Outra Unidade	R\$ 133.773,77	R\$ 136.247,66		
Demais Recebimentos	-	R\$ 1.129,89		
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 32.040.282,96	R\$ 28.864.216,34	6,690183	11,0035
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 32.040.282,96	R\$ 28.864.216,34		
TOTAL INGRESSOS	R\$ 478.914.866,67	R\$ 443.738.701,83	100	
DISPÊNDIOS				
Despesas Orçamentárias	R\$ 349.873.669,35	R\$ 334.308.037,88	73,0555	4,65607
Ordinárias	R\$ 337.132.212,87	R\$ 321.363.159,73		
Vinculadas	R\$ 12.741.456,48	R\$ 12.944.878,15		
Educação	R\$ 268.227,10	R\$ 701.231,83		
Previdência Social (RPPS)	R\$ 12.424.735,97	R\$ 12.243.646,32		
Fundos, Órgãos e Programas	R\$ 48.493,41	-		
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 29.886.670,38	R\$ 26.879.422,06	6,240498	11,1879
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$ 11.175.729,17	R\$ 9.261.237,80		
Sub-repasse Concedido	R\$ 11.175.729,17	R\$ 9.261.237,80		
Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 18.710.941,21	R\$ 17.618.184,26		
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	R\$ 18.517.037,83	R\$ 17.419.056,05		
Demais Transferências Concedidas	-	R\$ 32.413,24		
Movimento de Saldos Patrimoniais	R\$ 193.903,38	R\$ 166.714,97		
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 61.652.368,97	R\$ 52.706.185,43	12,87335	16,9737
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	R\$ 33.612.223,30	R\$ 32.398.717,13		
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	R\$ 27.927.231,71	R\$ 20.231.247,93		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 110.243,02	R\$ 76.167,49		
Outros Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 2.670,94	R\$ 52,88		
Valores Compensados	R\$ 1.316,54	R\$ 52,88		
Demais Pagamentos	R\$ 1.354,40	-		

Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 37.502.157,97	R\$ 29.845.056,46	7,830652	25,6562
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 37.502.157,97	R\$ 29.845.056,46		
TOTAL DISPÊNDIOS	R\$ 478.914.866,67	R\$ 443.738.701,83	100	

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

Nota 15: Ingressos

A tabela apresentada evidencia o comportamento dos ingressos financeiros no período de junho de 2025 em comparação com dezembro de 2024. O total de ingressos apresentou uma variação negativa de 9,02% (AH%), apesar de sua robusta composição com recursos de transferências e receitas extraorçamentárias.

Destaques por grupo:

- **Receitas Orçamentárias:**
 - Representaram apenas 0,05% do total (AV%), indicando baixa contribuição da arrecadação própria ou de recursos orçamentários diretos.
 - Houve uma queda expressiva de 92,69% (AH%), sinalizando menor empenho ou efetiva arrecadação no período.
- **Transferências Financeiras Recebidas:**
 - Foram 58,10% do total dos ingressos (AV%).
 - Registraram aumento de 17,38% (AH%), evidenciando reforço nos repasses recebidos, principalmente os vinculados à execução orçamentária (repasse e sub-repasse).
- **Recebimentos Extraorçamentários:**
 - Representaram a maior parte da receita: 35,16% (AV%).
 - Tiveram uma leve queda de 3,54% (AH%), mas ainda permanecem como o principal pilar de sustentação da execução financeira.
- **Saldo do Exercício Anterior (Caixa):**
 - Teve uma participação de 6,69% (AV%).
 - Apresentou crescimento de 11% (AH%), refletindo melhor disponibilidade de caixa em relação ao período anterior.

A estrutura financeira da entidade continua sustentada majoritariamente por transferências e recursos extraorçamentários. A queda nas receitas orçamentárias pode impactar a autonomia financeira se persistir. O reforço no caixa inicial contribuiu para maior liquidez no início do exercício.

Nota 16: Dispêndios

A análise dos dispêndios evidencia a dinâmica dos gastos públicos no mesmo período: O total dos dispêndios teve uma variação positiva de 7,93% (AH%), sinalizando crescimento da atividade financeira da entidade.

Destaques por grupo:

- **Despesas Orçamentárias:**

- Compreendem 73,06% dos dispêndios totais (AV%).
- Apresentaram crescimento de 4,66% (AH%), com destaque para gastos ordinários como pessoal e funcionamento institucional.
- Transferências Financeiras Concedidas:
 - Representaram 6,24% do total (AV%).
 - Houve aumento de 11,19% (AH%), demonstrando continuidade nas obrigações intergovernamentais, como repasses a terceiros ou subunidades.
- Pagamentos Extraorçamentários:
 - Representaram 12,87% dos dispêndios (AV%).
 - Apresentaram variação positiva de 16,97% (AH%), refletindo maior execução de restos a pagar processados e não processados, depósitos vinculados e outras obrigações não orçamentárias.
- Saldo para o Exercício Seguinte (Caixa Final):
 - Correspondeu a 7,83% dos dispêndios (AV%).
 - Crescimento de 25,66% (AH%), demonstrando um resultado final com bom nível de recursos em caixa.

Considerações finais:

- A execução financeira do IF Baiano mostra um cenário de estabilidade e crescimento, com forte apoio em transferências constitucionais e receitas extraorçamentárias.
- O aumento nos pagamentos extraorçamentários e nas transferências evidencia um ritmo elevado de liquidação de obrigações.
- O crescimento do caixa final é um indicador positivo de saúde financeira para o exercício seguinte.

7- NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção regular do financiamento dos serviços públicos (MCASP, Parte V, 8ª Edição).

Tabela 25: Resumo DFC

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Categoria	2025 (R\$)	2024 (R\$)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 20.861.669,05	R\$ 6.115.147,98	AH %
INGRESSOS	R\$ 279.803.994,22	R\$ 240.537.577,73	16,32
Receita Patrimonial	R\$ 51.369,11	R\$ 39.543,71	
Receita Agropecuária	R\$ 155.723,12	R\$ 141.032,25	

Receita de Serviços	R\$ 36.746,38	R\$ 2.682.932,50	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-R\$ 4.730,46	R\$ 406.187,00	
Outros Ingressos Operacionais	R\$ 279.564.886,07	R\$ 237.267.882,27	
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 1.174.628,51	R\$ 77.638,49	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	R\$ 4.085,33	R\$ 7.528,16	
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 278.252.398,46	R\$ 237.045.338,07	
Arrecadação de Outra Unidade	R\$ 133.773,77	R\$ 136.247,66	
Demais Recebimentos	R\$ 1.129,89		
DESEMBOLSOS	-R\$ 258.942.325,17	-R\$ 234.422.429,75	10,45
Pessoal e Demais Despesas	-R\$ 206.362.272,35	-R\$ 182.985.799,74	
Previdência Social	-R\$ 8.527.204,30	-R\$ 7.767.282,67	
Educação	-R\$ 197.868.182,01	-R\$ 175.258.737,65	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	R\$ 33.113,96	R\$ 42.202,74	
Transferências Concedidas	-R\$ 22.580.468,48	-R\$ 24.480.987,58	
Intragovernamentais	-R\$ 22.580.468,48	-R\$ 24.480.987,58	
Outros Desembolsos Operacionais	-R\$ 29.999.584,34	-R\$ 26.955.642,43	
Dispêndios Extraorçamentários	-R\$ 110.243,02	-R\$ 76.167,49	
Transferências Financeiras Concedidas	-R\$ 29.886.670,38	-R\$ 26.879.422,06	
Valores Compensados	-R\$ 1.316,54	-R\$ 52,88	
Demais Pagamentos	-R\$ 1.354,40		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-R\$ 15.399.794,04	-R\$ 5.134.307,86	
DESEMBOLSOS (Investimentos)	-R\$ 15.399.794,04	-R\$ 5.134.307,86	199,9
Aquisição de Ativo Não Circulante	-R\$ 15.336.239,58	-R\$ 5.134.307,86	
Outros Desembolsos de Investimentos	-R\$ 63.554,46		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 5.461.875,01	R\$ 980.840,12	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	R\$ 32.040.282,96	R\$ 28.864.216,34	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$ 37.502.157,97	R\$ 29.845.056,46	

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

Nota 17 – Ingressos

Em conformidade com o princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa registrada na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) corresponde ao resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro. Assim, no 2º trimestre de 2025, a Geração Líquida de Caixa foi positiva em R\$ 5.461.875,01, ao contrário do valor negativo anteriormente informado, demonstrando uma evolução de 456,96% em relação a 2024 (R\$ 980.840,12).

As Atividades Operacionais foram responsáveis por um resultado positivo de R\$ 20.861.669,05 em 2025, um aumento significativo de 241,14% comparado ao exercício anterior (R\$ 6.115.147,98). Essas atividades abrangem as entradas e saídas de caixa relacionadas à arrecadação de receitas e aos pagamentos de despesas tanto orçamentárias quanto extraorçamentárias.

No grupo de Ingressos, o destaque foi para "Outros Ingressos Operacionais", que totalizaram R\$ 279.564.886,07, equivalendo a 99,91% do total de ingressos, com destaque especial para as Transferências Financeiras Recebidas, que atingiram R\$ 278.252.398,46, representando 99,53% desses ingressos operacionais, provenientes, principalmente, de repasses da União para o financiamento de despesas correntes e restos a pagar.

Nota 18 – Desembolsos

Os Desembolsos das Atividades Operacionais totalizaram R\$ 258.942.325,17 em 2025, indicando um aumento de 10,46% em relação ao exercício anterior. O principal componente foi "Pessoal e Demais Despesas", com um montante de R\$ 206.362.272,35, que representou 79,68% do total desembolsado. Dentro dessa categoria, a função "Educação" absorveu R\$ 197.868.182,01, correspondendo a 95,88% do total de despesas com pessoal.

Outro destaque foi o grupo "Transferências Concedidas", que caiu de R\$ 24.480.987,58 (2024) para R\$ 22.580.468,48 (2025), evidenciando uma redução de 7,75%, sinalizando diminuição nos repasses intragovernamentais.

Nota 19 – Atividades de Investimento

As atividades de investimento totalizaram R\$ 15.399.794,04 em desembolsos, compostos por:

- R\$ 15.336.239,58 para aquisição de ativos não circulantes;
- R\$ 63.554,46 como outros desembolsos de investimento.

Houve um crescimento expressivo de 199,93% em comparação com o ano de 2024 (R\$ 5.134.307,86), refletindo o avanço nos investimentos em infraestrutura, equipamentos e patrimônio da entidade. Não foram registrados ingressos nas atividades de investimento no período.

Nota 20 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa final em 2025 foi de R\$ 37.502.157,97, superior ao saldo inicial de R\$ 32.040.282,96, evidenciando a manutenção de uma posição confortável de liquidez. Esse comportamento demonstra a capacidade da entidade em manter recursos disponíveis para cobrir obrigações de curto prazo, mesmo diante de altos volumes de desembolso e investimentos realizados.

8- NOTAS EXPLICATIVAS- DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMÔNIAIS (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é uma peça contábil obrigatória do setor público que evidencia as alterações ocorridas no patrimônio de uma entidade ao longo de determinado período. Seu objetivo principal é demonstrar as causas do resultado patrimonial, discriminando as variações patrimoniais aumentativas (que geram superávit) e diminutivas (que geram déficit).

A seguir, apresentam-se as análises referentes às Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas do exercício de 2025.

Tabela 25: resumo DVP

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS				
Categoria	2025	2024	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 314.778.461,96	R\$ 247.567.963,05	13,118	0,2715
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 259.672,77	R\$ 2.861.706,21		-0,909
Venda de Mercadorias	R\$ 155.723,12	R\$ 141.032,25		0,1042
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	R\$ 103.949,65	R\$ 2.720.673,96		-0,962
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 146,24	R\$ 8,37	6E-06	16,472
Juros e Encargos de Mora	R\$ 146,24	R\$ 8,37		16,472
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 296.147.328,66	R\$ 239.460.263,58		0,2367
Transferências Intragovernamentais	R\$ 278.252.398,46	R\$ 237.045.338,07		0,1738
Outras Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 17.894.930,20	R\$ 2.414.925,51		6,4101
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 18.257.346,02	R\$ 4.703.550,23		2,8816
Ganhos com Incorporação de Ativos	R\$ 540.187,70	R\$ 10.799,31		49,021
Ganhos com Desincorporação de Passivos	R\$ 17.717.158,32	R\$ 4.692.750,92		2,7754
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 113.968,27	R\$ 542.434,66	0,0047	-0,79
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 113.968,27	R\$ 542.434,66	0,0047	-0,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ 290.781.773,23	R\$ 241.154.016,40	12,118	0,2058
Pessoal e Encargos	R\$ 188.585.001,30	R\$ 158.120.453,14	7,8588	0,1927
Remuneração a Pessoal	R\$ 145.516.700,85	R\$ 121.263.106,82		0,2
Encargos Patronais	R\$ 28.639.074,40	R\$ 25.283.755,98		0,1327
Benefícios a Pessoal	R\$ 14.166.724,98	R\$ 11.308.671,11		0,2527
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	R\$ 262.501,07	R\$ 264.919,23	0,0109	-0,009
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 9.437.321,77	R\$ 8.743.114,67		0,0794
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 33.001.725,83	R\$ 29.550.378,97		0,1168
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 16.807,55	R\$ 34.138,75	0,0007	-0,508
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 31.143.283,09	R\$ 28.947.719,78	1,2978	0,0758
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 23.826.084,57	R\$ 12.602.534,58		0,8906
Incorporação de Passivos	R\$ 23.523.241,54	R\$ 12.360.911,30		0,903
Desincorporação de Ativos	R\$ 302.843,03	R\$ 241.623,28		0,2534
Tributárias	R\$ 50.883,77	R\$ 66.432,97		-0,234
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 4.720.665,35	R\$ 3.089.243,54	0,1967	0,5281
Incentivos	R\$ 2.355.746,29	R\$ 1.556.738,34		0,5133
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 2.364.919,06	R\$ 1.532.505,20		0,5432
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	R\$ 23.996.688,73	R\$ 6.413.946,65		2,7413

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

Nota 21: Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

As Variações Patrimoniais Aumentativas são reconhecidas segundo o regime de competência, com exceção das receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem o regime de caixa, conforme previsto no PCASP. No segundo trimestre de 2025, as VPA totalizaram R\$ 314.778.461,96, o que representa um crescimento de 27,15% em relação ao mesmo período de 2024 (R\$ 247.567.963,05).

Esse crescimento se deve, principalmente:

- Aumento nas Transferências e Delegações Recebidas, que responderam por 94,05% das VPA de 2025;
- Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, que cresceram 188,16%, com destaque para:
 - Ganhos com Desincorporação de Passivos (alta de 277,54%);
 - Ganhos com Incorporação de Ativos (alta expressiva de 4.802,05%);
- A categoria Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos apresentou forte queda (-90,92%), especialmente em:
 - Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços (-96,18%);
- As Outras Variações Patrimoniais Aumentativas também apresentaram queda de 78,99%.

Principais fontes das VPA em 2025:

- Transferências orçamentárias (LOA);
- Termos descentralizados e emendas parlamentares;
- Ganhos patrimoniais por desincorporação de passivos.

Nota 22: Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

As VPD refletem a diminuição de ativos ou o aumento de passivos e, geralmente, são reconhecidas pelo regime de competência, com exceção das restituições tributárias e transferências concedidas (regime de caixa). Em 2025, as VPD somaram R\$ 290.781.773,23, crescendo 20,58% frente a 2024 (R\$ 241.154.016,40).

Componentes de maior impacto:

- Pessoal e Encargos: maior peso nas VPD, com R\$ 188.585.001,30 (65% do total), aumento de 19,27% em relação a 2024;
- Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: cresceu 11,67%;
- Transferências e Delegações Concedidas: aumento de 7,58%;
- Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: subiu 89,06%;
- Incorporação de Passivos, sozinha, aumentou 90,30%;
- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras tiveram queda expressiva de 50,76%.

Distribuição percentual das VPD:

- 65,01% — Pessoal e Encargos;
- 12,43% — Consumo de bens e serviços;
- 10,44% — Transferências e Delegações Concedidas;

- 6,84% — Desvalorização e Perda de Ativos.

Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial de 2025 foi superavitário em R\$ 23.996.688,73, crescendo 274,13% em comparação com 2024 (R\$ 6.413.946,65). Esse resultado reflete a maior entrada líquida de recursos, especialmente pelas transferências recebidas e pelos ganhos patrimoniais relevantes, mesmo com o aumento expressivo das despesas com pessoal.

9- NOTAS EXPLICATIVAS - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

Além dos demonstrativos obrigatórios apresentados, também integra o conjunto das demonstrações contábeis a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipulado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 8ª edição, 2018), a publicação da DMPL é obrigatória apenas para as entidades da Administração Indireta que sejam empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

No âmbito do IF Baiano, não há registro de empresas estatais dependentes regidas pela Lei das S.A., não ocorrendo, portanto, fatos contábeis típicos dessas entidades, tais como:

- Distribuição de Dividendos;
- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC);
- Reavaliação ou ajustes no capital social.

As contas que compõem o Patrimônio Líquido estão organizadas e consolidadas em razão do conjunto de todos os Campi e da Reitoria, observando as normas e os princípios da contabilidade pública.

Os recursos recebidos da União classificam-se entre:

- Custeio: destinados à manutenção e funcionamento das atividades acadêmicas, administrativas e operacionais;
- Capital: destinados à realização de investimentos em infraestrutura, aquisição de bens permanentes e execução de obras.

Assim, as mutações verificadas no Patrimônio Líquido refletem exclusivamente as variações decorrentes da execução orçamentária e financeira regular da Instituição.

Salvador, 28 de julho de 2025.

Maria Pedrina Silveira de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Setorial de Contabilidade IFBaiano.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSION
29/07/2025

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	239.108,15	3.269.695,46	Despesas Orçamentárias	349.873.669,35	334.308.037,88
Ordinárias	-	-	Ordinárias	337.132.212,87	321.363.159,73
Vinculadas	247.606,26	3.270.535,46	Vinculadas	12.741.456,48	12.944.878,15
Educação	59,54	150,00	Educação	268.227,10	701.231,83
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	12.424.735,97	12.243.646,32
Fundos, Órgãos e Programas	246.776,72	3.270.385,46	Fundos, Órgãos e Programas	48.493,41	
Recursos Não Classificados	770,00				
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.498,11	-840,00			
Transferências Financeiras Recebidas	278.252.398,46	237.045.338,07	Transferências Financeiras Concedidas	29.886.670,38	26.879.422,06
Resultantes da Execução Orçamentária	224.285.759,41	192.020.355,25	Resultantes da Execução Orçamentária	11.175.729,17	9.261.237,80
Repasse Recebido	213.110.030,24	182.759.117,45	Sub-repasse Concedido	11.175.729,17	9.261.237,80
Sub-repasse Recebido	11.175.729,17	9.261.237,80	Independentes da Execução Orçamentária	18.710.941,21	17.618.184,26
Independentes da Execução Orçamentária	53.966.639,05	45.024.982,82	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	18.517.037,83	17.419.056,05
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	48.342.232,78	39.535.596,37	Demais Transferências Concedidas		32.413,24
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.624.406,27	5.489.386,45	Movimento de Saldos Patrimoniais	193.903,38	166.714,97
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	168.383.077,10	174.559.451,96	Pagamentos Extraorçamentários	61.652.368,97	52.706.185,43
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	46.760.498,76	28.820.592,19	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	33.612.223,30	32.398.717,13
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	120.276.976,77	145.474.112,83	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	27.927.231,71	20.231.247,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.174.628,51	77.638,49	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	110.243,02	76.167,49
Outros Recebimentos Extraorçamentários	170.973,06	187.108,45	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.670,94	52,88
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	33.113,96	42.202,74	Valores Compensados	1.316,54	52,88
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.085,33	7.528,16	Demais Pagamentos	1.354,40	
Arrecadação de Outra Unidade	133.773,77	136.247,66			
Demais Recebimentos		1.129,89			
Saldo do Exercício Anterior	32.040.282,96	28.864.216,34	Saldo para o Exercício Seguinte	37.502.157,97	29.845.056,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.040.282,96	28.864.216,34	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.502.157,97	29.845.056,46
TOTAL	478.914.866,67	443.738.701,83	TOTAL	478.914.866,67	443.738.701,83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA

EMISSION
29/07/2025

PAGINA
1

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	901.577,00	901.577,00	239.108,15	-662.468,85
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	94.692,00	94.692,00	51.369,11	-43.322,89
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	94.692,00	94.692,00	51.369,11	-43.322,89
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	302.608,00	302.608,00	155.723,12	-146.884,88
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	57.389,00	57.389,00	36.746,38	-20.642,62
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	57.389,00	57.389,00	36.746,38	-20.642,62
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	446.888,00	446.888,00	-4.730,46	-451.618,46
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	446.888,00	446.888,00	-4.730,46	-451.618,46
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSION
29/07/2025

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	901.577,00	901.577,00	239.108,15	-662.468,85
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	901.577,00	901.577,00	239.108,15	-662.468,85
DEFICIT			349.634.561,20	349.634.561,20
TOTAL	901.577,00	901.577,00	349.873.669,35	348.972.092,35
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	54.718.904,00	-	-54.718.904,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	54.718.904,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	440.794.088,00	495.512.992,00	323.746.372,26	226.450.943,43	180.119.673,78	171.766.619,74
Pessoal e Encargos Sociais	346.057.983,00	395.416.384,00	276.268.932,72	193.617.956,28	152.767.372,22	119.147.451,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	94.736.105,00	100.096.608,00	47.477.439,54	32.832.987,15	27.352.301,56	52.619.168,46
DESPESAS DE CAPITAL	1.315.000,00	1.315.000,00	26.127.297,09	3.145.749,15	2.716.520,04	-24.812.297,09
Investimentos	1.315.000,00	1.315.000,00	26.127.297,09	3.145.749,15	2.716.520,04	-24.812.297,09
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	442.109.088,00	496.827.992,00	349.873.669,35	229.596.692,58	182.836.193,82	146.954.322,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	442.109.088,00	496.827.992,00	349.873.669,35	229.596.692,58	182.836.193,82	146.954.322,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 29/07/2025	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	442.109.088,00	496.827.992,00	349.873.669,35	229.596.692,58	182.836.193,82	146.954.322,65

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.818.576,29	22.726.847,74	16.136.316,94	15.264.069,87	146.246,11	10.135.108,05
Pessoal e Encargos Sociais	5.212,89	16.307,02	-	-	-	21.519,91
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.813.363,40	22.710.540,72	16.136.316,94	15.264.069,87	146.246,11	10.113.588,14
DESPESAS DE CAPITAL	5.920.885,07	25.798.877,33	13.675.327,87	12.663.161,84	31.430,14	19.025.170,42
Investimentos	5.920.885,07	25.798.877,33	13.675.327,87	12.663.161,84	31.430,14	19.025.170,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.739.461,36	48.525.725,07	29.811.644,81	27.927.231,71	177.676,25	29.160.278,47

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	157.391,97	33.621.889,21	33.592.111,14	9.716,61	177.453,43
Pessoal e Encargos Sociais	-	30.154.995,25	30.154.995,25	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	157.391,97	3.466.893,96	3.437.115,89	9.716,61	177.453,43
DESPESAS DE CAPITAL	12.329,13	20.913,76	20.112,16	-	13.130,73
Investimentos	12.329,13	20.913,76	20.112,16	-	13.130,73
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	169.721,10	33.642.802,97	33.612.223,30	9.716,61	190.584,16



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSION
29/07/2025

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	79.392.267,89	64.212.311,47	PASSIVO CIRCULANTE	101.213.995,64	78.965.641,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	37.502.157,97	32.040.282,96	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	32.448.552,39	25.111.452,09
Créditos a Curto Prazo	38.121.956,72	27.890.135,23	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	38.121.956,72	27.890.135,23	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.388.479,19	789.374,62
Demais Créditos e Valores	38.121.956,72	27.890.135,23	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.161,00	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.768.153,20	4.281.893,28	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	65.375.803,06	53.064.815,16
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	304.738.403,27	273.457.170,28	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	938.441,35	938.441,35	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	938.441,35	938.441,35	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	938.441,35	938.441,35	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	938.441,35	938.441,35	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	101.213.995,64	78.965.641,87
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	60.355.603,27	60.355.603,27
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	222.561.072,25	198.348.236,61
Imobilizado	302.740.967,38	271.459.734,39	Resultado do Exercício	23.996.688,73	23.396.905,84
Bens Móveis	37.891.887,10	37.512.369,55	Resultados de Exercícios Anteriores	198.348.236,61	245.206.447,01
Bens Móveis	113.418.371,29	110.770.055,66	Ajustes de Exercícios Anteriores	216.146,91	-70.255.116,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-75.526.484,19	-73.257.686,11	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	282.916.675,52	258.703.839,88
Bens Imóveis	264.849.080,28	233.947.364,84			
Bens Imóveis	265.000.030,67	234.050.093,37			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-150.950,39	-102.728,53			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.058.994,54	1.058.994,54			
Softwares	1.058.874,54	1.058.874,54			
Softwares	1.058.874,54	1.058.874,54			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSION
29/07/2025

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120,00	120,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120,00	120,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	384.130.671,16	337.669.481,75	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	384.130.671,16	337.669.481,75

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	37.505.300,60	32.042.034,90	PASSIVO FINANCEIRO	198.096.101,82	91.687.974,71
ATIVO PERMANENTE	346.625.370,56	305.627.446,85	PASSIVO PERMANENTE	50.670.735,96	44.542.853,59
			SALDO PATRIMONIAL	135.363.833,38	201.438.653,45

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	100.464.158,96	123.538.528,05	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	362.328.568,08	109.423.385,69
Atos Potenciais Ativos	100.464.158,96	123.538.528,05	Atos Potenciais Passivos	362.328.568,08	109.423.385,69
Garantias e Contragarantias Recebidas	112.657,90	112.657,90	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	100.324.103,89	123.419.957,60	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	27.397,17	5.912,55	Obrigações Contratuais	362.328.568,08	109.423.385,69
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	100.464.158,96	123.538.528,05	TOTAL	362.328.568,08	109.423.385,69

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-156.378.232,36
Recursos Vinculados			-4.212.568,86
Educação			-2.178.680,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 29/07/2025	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.074,24
Previdência Social (RPPS)	-3.070.979,13
Dívida Pública	-546.355,60
Fundos, Órgãos e Programas	1.582.372,23
TOTAL	-160.590.801,22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSÃO
29/07/2025

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.861.669,05	6.115.147,98
INGRESSOS	279.803.994,22	240.537.577,73
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	51.369,11	39.543,71
Receita Agropecuária	155.723,12	141.032,25
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	36.746,38	2.682.932,50
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-4.730,46	406.187,00
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	279.564.886,07	237.267.882,27
Ingressos Extraorçamentários	1.174.628,51	77.638,49
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.085,33	7.528,16
Transferências Financeiras Recebidas	278.252.398,46	237.045.338,07
Arrecadação de Outra Unidade	133.773,77	136.247,66
Demais Recebimentos	-	1.129,89
DESEMBOLSOS	-258.942.325,17	-234.422.429,75
Pessoal e Demais Despesas	-206.362.272,35	-182.985.799,74
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-1.982,16
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-8.527.204,30	-7.767.282,67
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-197.868.182,01	-175.258.737,65
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
29/07/2025

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	33.113,96	42.202,74
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-22.580.468,48	-24.480.987,58
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-22.580.468,48	-24.480.987,58
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-29.999.584,34	-26.955.642,43
Dispêndios Extraorçamentários	-110.243,02	-76.167,49
Transferências Financeiras Concedidas	-29.886.670,38	-26.879.422,06
Valores Compensados	-1.316,54	-52,88
Demais Pagamentos	-1.354,40	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-15.399.794,04	-5.134.307,86
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-15.399.794,04	-5.134.307,86
Aquisição de Ativo Não Circulante	-15.336.239,58	-5.134.307,86
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-63.554,46	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.461.875,01	980.840,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	32.040.282,96	28.864.216,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
-------------------	-----------------------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO 29/07/2025	PAGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	37.502.157,97	29.845.056,46



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	314.778.461,96	247.567.963,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	259.672,77	2.861.706,21
Venda de Mercadorias	155.723,12	141.032,25
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	103.949,65	2.720.673,96
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	146,24	8,37
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	146,24	8,37
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	296.147.328,66	239.460.263,58
Transferências Intragovernamentais	278.252.398,46	237.045.338,07
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	17.894.930,20	2.414.925,51
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	18.257.346,02	4.703.550,23
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	540.187,70	10.799,31
Ganhos com Desincorporação de Passivos	17.717.158,32	4.692.750,92
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	113.968,27	542.434,66
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCICIO
2025

PERIODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSAO
29/07/2025

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	113.968,27	542.434,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	290.781.773,23	241.154.016,40
Pessoal e Encargos	188.585.001,30	158.120.453,14
Remuneração a Pessoal	145.516.700,85	121.263.106,82
Encargos Patronais	28.639.074,40	25.283.755,98
Benefícios a Pessoal	14.166.724,98	11.308.671,11
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	262.501,07	264.919,23
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.437.321,77	8.743.114,67
Aposentadorias e Reformas	7.372.906,87	6.594.396,40
Pensões	2.036.281,74	2.070.122,87
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	28.133,16	78.595,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	33.001.725,83	29.550.378,97
Uso de Material de Consumo	4.609.063,93	3.560.977,67
Serviços	25.670.328,26	23.094.221,71
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.722.333,64	2.895.179,59
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	16.807,55	34.138,75
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	15.386,81	33.298,75
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.420,74	840,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	31.143.283,09	28.947.719,78
Transferências Intragovernamentais	29.887.950,63	26.878.185,86
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.255.332,46	2.069.533,92
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	23.826.084,57	12.602.534,58
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	23.523.241,54	12.360.911,30



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2025	2024
Desincorporação de Ativos	302.843,03	241.623,28
Tributárias	50.883,77	66.432,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.082,86	6.190,56
Contribuições	36.800,91	60.242,41
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.720.665,35	3.089.243,54
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	2.355.746,29	1.556.738,34
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.364.919,06	1.532.505,20
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	23.996.688,73	6.413.946,65

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2025	2024